

**FERNANDA ZIMMERMANN**

O Funcionamento da Armação da Lagoinha: Hierarquia do Trabalho  
e o Controle dos Escravos na Caça à Baleia  
(Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)

Florianópolis,  
Agosto de 2006.

**FERNANDA ZIMMERMANN**

O Funcionamento da Armação da Lagoinha: Hierarquia do Trabalho  
e o Controle dos Escravos na Caça à Baleia  
(Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)

Trabalho de Conclusão de Curso  
elaborado como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Bacharel em  
História pela Universidade Federal de  
Santa Catarina.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Beatriz Gallotti  
Mamigonian

Florianópolis,  
Agosto de 2006.

À Beatriz, por sua paciência, atenção e disponibilidade. Aos meus pais, pelo amor e apoio incondicional. Ao meu irmão e minha avó, pela confiança e incentivo.

Ao Felipe, pelo companheirismo e compreensão nesses quatro anos e meio de caminhada.

Aos meus amigos Ana, Cris, Elaine, Bia e Assis por serem mais que companheiros de jornada, mas verdadeiros amigos.

A vocês, o meu amor e agradecimento.

## RESUMO

Esta pesquisa aborda o trabalho escravo na Armação baleeira da Lagoinha localizada no sul da Ilha de Santa Catarina entre 1772, ano de sua fundação até o ano de 1825, quando se encontrava desativada. O objetivo deste trabalho é compreender o trabalho na Armação da Lagoinha, analisando as relações estabelecidas entre os administradores e feitores, e os escravos e trabalhadores livres, a especialização da mão de obra e conseqüente hierarquia, assim como o controle do trabalho escravo e as condições materiais de vida destes cativos. Contrapondo-se a idéia de que Santa Catarina, durante os séculos XVIII e XIX, abrigava uma economia pouco dinâmica, este trabalho tenta explorar uma unidade produtiva de caráter exportador: a Armação da Lagoinha. Esta pesquisada foi realizada com base em registros de batismo da freguesia do Ribeirão da Ilha, em um inventário da armação realizado em junho de 1816 em documentação da Junta do Comércio e do Arquivo Histórico e Ultramarino.

Palavras-chave: Escravidão. Relações de Trabalho. História Social. Armações Baleeiras.

**LISTA DE FIGURAS E TABELAS**

<b>FIGURA 1. Mapa da Ilha de Santa Catarina e do Litoral adjacente.....</b>	<b>10</b>
<b>TABELA 1. Lista dos Escravos da Armação em 1816.....</b>	<b>44</b>
<b>TABELA 2: Divisão dos trabalhadores segundo ofício e origem.....</b>	<b>51</b>
<b>TABELA 4: Lista de escravos comprados em 1817.....</b>	<b>65</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1. A BALEIA E SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA COLONIAL BRASILEIRA... 17</b>	<b>17</b>
1.1 Armação de Sant´Anna da Lagoinha: Um retrato.....	20
1.2 Repensando a Historiografia.....	27
<b>2. HIERARQUIZAÇÃO, TRABALHO E TRABALHADORES DA ARMAÇÃO... 37</b>	<b>37</b>
2.1 Uma Sociedade Colonial.....	37
2.2 A divisão das tarefas e a especialização do trabalho livre e escravo.....	39
2.3 A Caça da Baleia e o Beneficiamento do Azeite.....	47
<b>3. CONTROLE DOS ESCRAVOS E SUAS CONDIÇÕES MATERIAIS DE VIDA 54</b>	<b>54</b>
3.1 A ração dos cativos.....	58
3.2 Habitação e Vestuário dos escravos.....	62
3.3 Revitalização da Armação: A chegada de novos cativos.....	64
3.4 Parentesco e a constituição de famílias escravas.....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>73</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

A primeira armação baleeira foi fundada em território de ocupação portuguesa nas Américas no ano de 1602, durante a União Ibérica. O rei Felipe III concedeu um alvará ao capitão Pêro Urecha e Julião Miguel os autorizando a caçar a baleia na costa do Brasil dentro de um prazo de dez anos e com o direito de exercer o monopólio sobre esta atividade até 1612. As primeiras foram instaladas no Recôncavo Baiano, sendo posteriormente espalhadas pelo litoral brasileiro<sup>1</sup>.

Conforme a autora Miriam Ellis, a caça da baleia se iniciou antes do século XVI, com os bascos, no mar da Biscaia. Os bascos, por sua vez, teriam aprendido tal prática com os noruegueses durante a Idade Média. Com a expansão da pesca durante o século XV houve a diminuição do número de baleias no Golfo da Gasconha e os mesmos biscainhos vieram anos depois iniciar portugueses, principalmente moradores das terras americanas em tal tarefa.

Com o término da concessão feita pelo rei Felipe III, em 1614 a coroa espanhola decreta a baleia como um *peixe real*, estabelecendo que a pesca passaria ao monopólio da coroa. As armações, já existentes ou que ainda viriam a surgir, apesar de pertencerem à coroa seriam arrendadas para particulares, que seriam por elas responsáveis, mas não proprietários. Este modelo seria o vigente até o fim do século XVIII e início do XIX. As pessoas que arrendassem as armações seriam responsáveis por investir na estrutura, na compra de escravos e na manutenção da ordem. Com o término do arrendamento toda a estrutura deveria ser inventariada e entregue novamente à administração da pesca.

---

<sup>1</sup> ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial. São Paulo: Melhoramentos, 1969, p. 25.



No início do século XVII que foram fundadas as primeiras armações baleeiras no litoral Meridional (em São Paulo), ao passo que ao longo do século XVIII as armações do nordeste foram abandonadas pelo contrato. A escassez de baleias além da reduzida demanda que acarretou fortes prejuízos aos contratadores, foram os estopins desse abandono. O mercado baiano passou então a consumir óleo de baleia proveniente do Rio de Janeiro, no entanto a população pobre da cidade saiu prejudicada já era alimentada com os restos de carne e torresmo que senhores adquiriam para o sustento de seus cativos. Além disso as armações do Nordeste passaram a serem exploradas e controladas por alguns escravos forros que já possuíam experiência em tal tarefa<sup>2</sup>.

Após o fim da União Ibérica, período que ficou conhecido como Restauração, já que Portugal estaria recuperando além de seu território o domínio direto sobre suas colônias, a Coroa portuguesa se interessou em ocupar o litoral meridional, até então não efetivamente ocupado. O interesse pelo estuário do Prata, centro de comércio e de acesso às minas peruanas, levou à fundação da Colônia de Sacramento. A intensificação dos conflitos aí ocorridos, entre portugueses e espanhóis, fez com que o rei de Portugal decidisse ocupar o litoral do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, estimulando a emigração de colonos açorianos, contrapondo à presença espanhola uma fronteira cultural.

Desde o século XVI a Ilha de Santa Catarina permaneceu à margem da colonização do território colonial português, escassamente ocupada e servindo apenas como um porto onde embarcações que se dirigiam a Colônia de Sacramento e Rio de Grande de São Pedro aportavam. O litoral de Santa Catarina assim permaneceu até o início do século XVIII, quando interesses econômicos por parte da Coroa Lusitana fizeram com que a

---

<sup>2</sup> Ibidem, p. 43-44.

colonização desta região avançasse. O motivo foi tentar estabelecer uma retaguarda em serviço de concretizar as pretensões lusitanas na região do Rio da Prata<sup>3</sup>.

O avanço do povoamento fez com que em 1738 a área se tornasse capitania, tendo como primeiro Governador José da Silva Paes. Este, entre os anos de 1740 e 1742, construiu as fortificações de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim, de Ponta Grossa, na barra norte da Ilha de Santa Catarina, e da Ilha de Ratonés. Associada a essas obras, um comerciante instalado no Rio de Janeiro, Tomé Gomes Moreira, construiu o primeiro núcleo baleeiro da província aberto por volta de 1742, mas que no entanto só teve suas obras concluídas por volta de 1746. Tomé viria a ser também o contratador desta Armação<sup>4</sup>.

A Armação da Piedade se localizava quase a leste-oeste com a ponta setentrional da Ilha de Santa Catarina, ou seja, à entrada da baía, ao norte da Ilha, no que viria a ser o distrito da freguesia de São Miguel da Terra Firme. Esta se tornaria a maior e mais importante armação do litoral catarinense. No entanto houveram outras, entre as quais a Armação da Lagoinha. Esta se localizava na costa oriental da Ilha de Santa Catarina, na futura freguesia do Ribeirão da Ilha. Criada em 1772, esta resultou do período contratual de Inácio Pedro Quintela, cuja administração conferiu grande impulso a pesca da baleia no Brasil.<sup>5</sup> Posterior à fundação desta, surgiram outras três armações na área catarinense. A Armação de Itapocoróia foi fundada em 1778 após a retirada das tropas invasoras castelhanas e se estendia da ponta do Morro do Cambri à do Morro da Vigia, no continente, a cerca de quatorze léguas ao norte da Ilha de Santa Catarina. Entre os anos de 1793 e 1795 foi criada a Armação da Garopaba que se localizava ao sul do Rio Embaú e da Enseada de Brito e que tinha São Joaquim por titular de sua capela. A última armação criada no

---

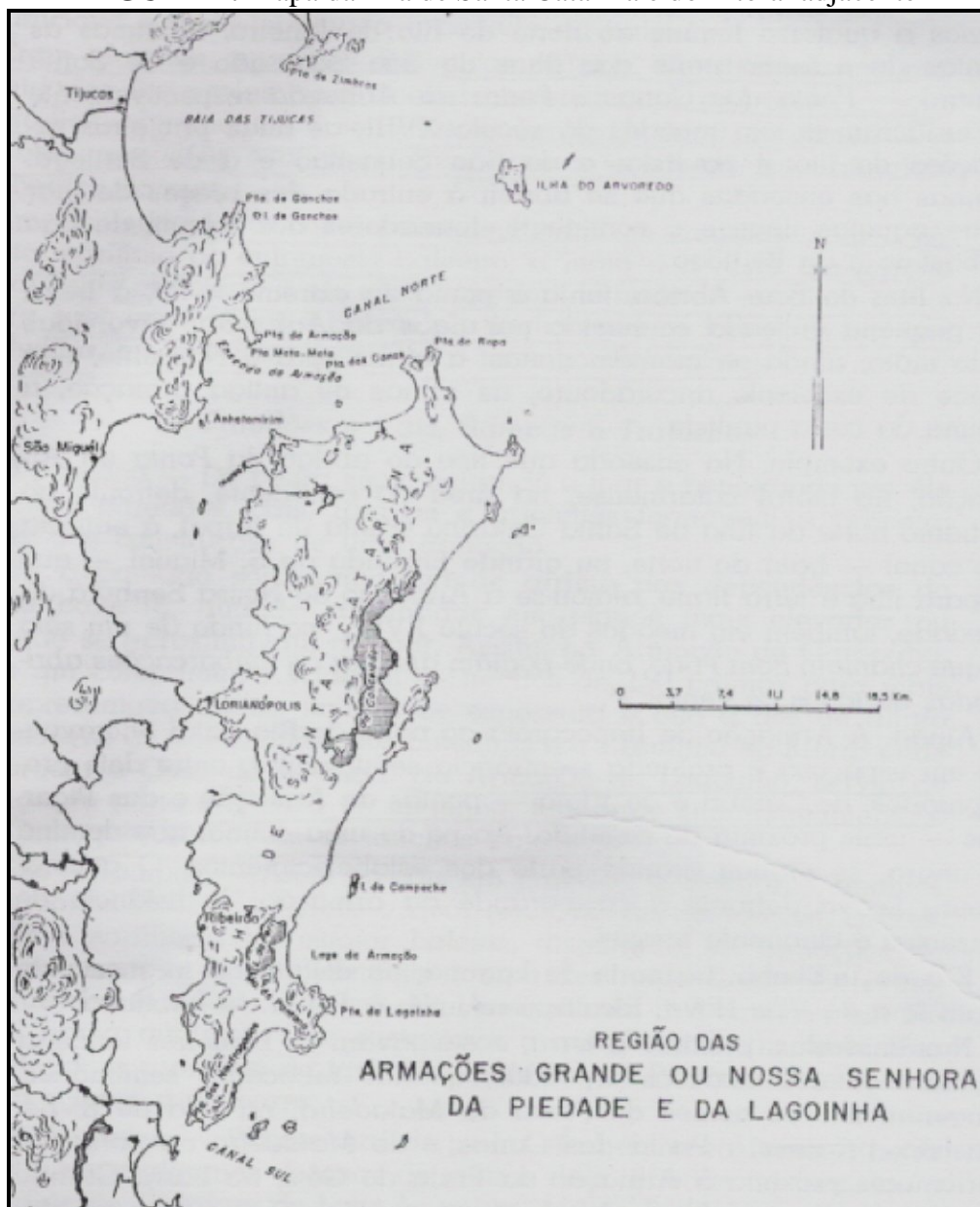
<sup>3</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>4</sup> Idem, Ibidem.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 57-59.

território catarinense, e também última do território brasileiro, foi a Armação de Imbituba, criada no ano de 1796. Esta serviria como complemento da anterior e estava localizada no termo da Vila de Laguna<sup>6</sup>.

**FIGURA 1:** Mapa da Ilha de Santa Catarina e do Litoral adjacente



FONTE: ELLIS, Myriam. A baía no Brasil colonial. São Paulo, Melhoramentos, 1969, p. 58.

<sup>6</sup> Idem, Ibidem.

Estas armações constituíram durante muito tempo uma importante atividade econômica na colônia, abastecendo o mercado interno com toicinho, espermacete e material para a produção de velas, mas principalmente o mercado externo com óleo de baleia para iluminação até a segunda metade do século XIX, momento em que a descoberta do querosene fez com que o uso do óleo de baleia fosse por este substituído. O óleo era produto de primeira necessidade e sua produção em grandes unidades produtivas, com base em trabalho escravo era comparável a de outros produtos de exportação. Mesmo assim, as armações baleeiras localizadas no litoral catarinense, assim como os escravos utilizados como mão de obra em território catarinense, foram pouco estudados.

A produção das freguesias da Ilha de Santa Catarina foi tratada pela historiografia como fruto de uma economia pouco dinâmica e mesmo periférica, o que justificaria ou explicaria o uso de poucos escravos em atividade não produtivas (domésticas, especialmente).<sup>7</sup> No entanto, os próprios dados utilizados pelos autores e incessantemente repetidos contradizem suas conclusões. Enquanto na capitania de Santa Catarina a população escrava era de 23% do seu total, em 1810 em Salvador, na Bahia, a população composta por escravos em 1808 era de 37%<sup>8</sup>. Com um porém: ao contrário da Bahia, Santa Catarina não contava com grandes fazendas em sistema de plantation e tinha seu comércio voltado aos gêneros alimentícios destinados ao mercado interno<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> PIAZZA, Walter F. O escravo numa economia minifundiária. Florianópolis/São Paulo: Editora da UDESC/Editora Resenha Universitária, 1975.

<sup>8</sup> LUZ, Sérgio Ribeiro da. Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930. Dissertação de Mestrado em História. UFSC, 1994; REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835). São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 14.

<sup>9</sup> HÜBENER, Laura Machado. O Comércio da Cidade do Desterro no Século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

Recentemente a escravidão em atividades voltadas para o mercado interno, e de pequenas escravarias vem sendo revista e revalorizada<sup>10</sup>. Assim, novos estudos sobre a escravidão africana em Santa Catarina têm apontado o dinamismo da economia do litoral, voltado para a produção de gêneros de abastecimento, utilizando mão de obra escrava africana.<sup>11</sup> Estes autores inovam quando oferecem uma análise mais detalhada e renovada sobre a economia local, colocando-a no conjunto das demais produções também voltadas para o mercado interno. A partir destes trabalhos o que se pode perceber é que a economia local não era incompatível com a escravidão, da mesma forma que o volume das exportações dos itens produzidos na Ilha de Santa Catarina não apontavam para uma economia necessariamente de subsistência.

Uma das freguesias da Ilha de Santa Catarina que mais utilizou o trabalho escravo foi a freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha. A freguesia do Ribeirão da Ilha tinha, em 1820, 1828 habitantes, dos quais 582 escravos, ou 31,8% do total.<sup>12</sup> Alguns desses escravos eram da Armação; outros dos proprietários envolvidos no cultivo de gêneros de abastecimento. Mesmo depois da desativação da armação, a freguesia do Ribeirão teve a maior concentração de escravos na população total, entre todas as freguesias da ilha.<sup>13</sup>

Em 1772, a Lagoinha, que até então havia servido apenas como depósito de azeite de baleia produzido principalmente na Armação da Piedade, tornou-se também uma

---

<sup>10</sup> BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003; FERREIRA, Ricardo Alexandre. Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888. 1ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

<sup>11</sup> PENNA, Clemente Gentil. Escravidão, Liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas décadas de escravidão (1850-1888). Florianópolis: Dissertação de Mestrado UFSC, 2005; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e Identidade Étnica (1750-1888). 2006.

<sup>12</sup> LUZ, op cit, p. 52.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 78.

Armação e recebeu Sant'Ana por padroeira.<sup>14</sup> Para o trabalho na Armação da Lagoinha, além de alguns trabalhadores livres, eram constantemente comprados escravos na praça do Rio de Janeiro. Estes cativos eram adquiridos pela Administração da Pesca da Baleia.<sup>15</sup>

Assunto ainda pouco investigado pela historiografia, o trabalho escravo na Armação da Lagoinha é um vasto campo a ser pesquisado. O objetivo desta pesquisa é estudar as relações de trabalho e as experiências dos trabalhadores da Armação da Lagoinha, tomando-a como uma grande unidade de produção baseada no trabalho escravo, semelhante as plantation de açúcar. Seguindo trabalhos que estudam o funcionamento interno destas unidades produtivas, o que busco é estudar as relações entre os trabalhadores da armação e a hierarquia do trabalho (social, etária ou sexual). Sendo assim, o problema central é a exploração do trabalho de livres e escravos e a manutenção do controle dos escravos em uma unidade produtiva de grande porte: a armação.

A principal fonte utilizada para essa pesquisa é um Inventário da Armação da Lagoinha datado de 1816. Este inventário que teve início em 01 de junho de 1816, foi assinado pelo administrador da real pescaria das baleias na Ilha de Santa Catarina Jacintho Jorge do Anjos e foi finalizado em 05 de novembro de 1816. O resultado deste foi uma avaliação detalhada dos edifícios, bens, escravatura e utensílios na quantia de 16 contos 67 mil e 460 reis, quando eram entregues à administração do particular que deveria comunicar aos administradores do Rio de Janeiro todas as movimentações efetivadas durante a vigência do seu contrato administrativo. Este conjunto de documentos é a principal fonte de pesquisa deste trabalho.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> ELLIS, op cit, p. 59.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>16</sup> Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação da Lagoinha.

Além disso, para esta pesquisa foi utilizada uma coleção de documentos dos anos de 1816-1818 que comunicam todo o funcionamento da administração das armações de Santa Catarina, como pagamentos de trabalhadores livres, temporários, compras de materiais e prestação de contas ao administrador geral que se encontrava no Rio de Janeiro. Utilizo também uma matrícula da população da Freguesia do Ribeirão da Ilha do ano de 1843 que fornece uma “fotografia” da freguesia no ano de 1843, incluindo a armação e seus arredores.<sup>17</sup> Além disto utilizo registros de batismos de escravos da Freguesia do Ribeirão da Ilha de 1807 a 1854, onde se encontram os registros dos escravos recém chegados da África que foram comprados pelo Real Contrato para o trabalho na Armação da Lagoinha, assim como os nascimentos dos filhos dos escravos da armação.<sup>18</sup>

Para isso, no primeiro capítulo promovo um detalhamento dos primeiros acontecimentos da Armação da Lagoinha além de discutir a bibliografia produzida acerca do tema da escravidão e das armações baleeiras em Santa Catarina, e os demais trabalhos, principalmente os mais recentes, produzidos acerca de temas pertinentes a este trabalho, como a economia colonial e a propriedade escrava.

No segundo capítulo apresento o que era a administração da pesca, principalmente nos anos em que a Armação esteve em poder da Administração Real. A partir disso, analisando o corpo documental composto pelo inventário e o conjunto de prestação de contas e balanços do período que vai de 1816 a 1818, discuto a distribuição das ocupações e as hierarquias estabelecidas conforme a condição social (entre os escravos, libertos e livres), o sexo e a idade, com o objetivo de entender de que forma essas classificações

---

<sup>17</sup> Cartório Nizan, 1º. Tabelionato, Ribeirão da Ilha. Livro de matrícula da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha.

<sup>18</sup> Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livros 1, 2 e 3 de registros de batismo da freguesia do Ribeirão da Ilha (1807-1856).

interferiam no distribuir das tarefas e na manutenção do trabalho e produção na Armação da Lagoinha.

No terceiro capítulo procuro desvendar o que Stuart Schwartz denominou de os “segredos internos” da armação baleeira como grande unidade produtiva.<sup>19</sup> Através do estudo do cotidiano dos cativos, abordando questões como a alimentação, moradia e vestuário, procuro entender a maneira como estes viviam e se comportavam diante dos mandos e desmandos dos administradores e feitores, e por sua vez como os administradores da armação respondiam às necessidades dos escravos. Além disso analiso a chegada de novos escravos durante o período de revitalização da Armação e a possibilidade destes escravos constituírem família. Este capítulo tenta entender de que forma a administração real conseguia que os escravos trabalhassem, seja com incentivos, punições, ou como sugere Schwartz, com um misto dessas.

As metas desta pesquisa estão ligadas à produção de conhecimento histórico, através de pesquisa empírica e análise dos dados à luz da nova historiografia sobre escravidão. A principal meta encontra-se no questionamento da historiografia tradicional e na revisão da história da freguesia do Ribeirão da Ilha pelo ponto de vista da história social da escravidão. Considerando que o Ribeirão da Ilha conta apenas com uma boa história demográfica<sup>20</sup> e muitos volumes de "memórias"<sup>21</sup>, e a Armação da Lagoinha foi apenas mencionada em um livro mais geral sobre as Armações no Brasil Meridional<sup>22</sup> e alguns

---

<sup>19</sup> SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>20</sup> LUZ, op cit.

<sup>21</sup> PEREIRA, Nereu do Valle. Ribeirão da Ilha: vida e retratos. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991.

<sup>22</sup> ELLIS, op cit.



trabalhos arqueológicos<sup>23</sup>, uma história social daquela freguesia e principalmente da Armação que fazia parte desta se faz urgentemente necessária.

---

<sup>23</sup> COMERLATO, Fabiana. Análise Espacial das Armações Catarinenses e suas Estruturas Remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica In: IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, 2000, Porto Alegre.

## 1. A BALEIA E SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA COLONIAL BRASILEIRA

A segunda metade do século XVIII foi um período de contínua expansão da caça da baleia. Isso fica claro com o estabelecimento de novas armações espalhadas pelo território brasileiro, principalmente nos mares mais ao sul. O constante investimento dos arrendatários fazia com que estas prosperassem, aumentassem suas instalações e seu plantel de trabalhadores.

Tanto na colônia quanto na metrópole, o momento também era de expansão. O novo rei de Portugal, Dom José I (1750-1777), nomeou durante seu reinado Sebastião de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, como primeiro ministro. Durante vinte e sete anos foi Pombal quem comandou a política e a economia portuguesa. Além de reorganizar o Estado, protegeu os grandes empresários, criando as companhias monopolistas de comércio.<sup>24</sup>

A colônia era peça importante na política econômica de Pombal. Além da criação das companhias de comércio, que, privilegiadas pelo monopólio, tinham liberdade de taxar os preços de compra e venda dos produtos, houve o aumento da cobrança de impostos, na região das Minas, onde foram criadas as casas de fundição e fixadas quotas anuais de produção de ouro.<sup>25</sup>

Além disso, combateu tanto os nobres quanto o clero, tendo como fatos marcantes a acusação dos jesuítas de conspirar contra o Estado, sua expulsão de Portugal e de seus domínios em 1759, e o confisco de seus bens. Propriedades jesuítas, como a fazenda de

---

<sup>24</sup> AZEVEDO, João Lúcio de. O Marquês de Pombal e a sua Época. 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Clássica, 1990.

<sup>25</sup> Idem, *Ibidem*.

Santa Cruz no Rio de Janeiro, passaram então a serem administradas por funcionários do governo.

A segunda metade do século XVIII também foi um momento de expansão do comércio a partir do Rio de Janeiro. Porém para analisar esse momento é preciso repensar uma série de acontecimentos anteriores. A corrida pelo ouro nas Minas Gerais e o substancial crescimento das zonas açucareiras fluminenses, principalmente na região de Campos dos Goitacazes, somados a posição geopolítica em que o Rio de Janeiro se encontrava fez com que as arrecadações desta capitania fossem cada vez maiores.<sup>26</sup>

A partir do terceiro decênio do século XVIII, a praça do Rio de Janeiro se expandiu a ponto de posteriormente passar a ser o principal centro comercial da América portuguesa. Isso significou ser o Rio de Janeiro, naqueles anos, o “mais importante porto receptor de importações de outras partes do Ultramar e das reexportações de produtos europeus.”<sup>27</sup> Se na primeira metade do Setecentos, a capitania perdeu importância como área de plantation, o seu papel mercantil passou a tornar-se cada vez mais expressivo.

A corrida pelo ouro nas Gerais fez com que sua população debandasse das plantations e demais produções de gêneros. Com isso o Rio de Janeiro passa a se tornar conhecido como o principal entreposto comercial da colônia, não apenas por fornecer gêneros de abastecimento, mas também pelo número ilimitado de escravos provenientes da África que ali aportavam e eram redistribuídos para as demais regiões. Como consequência, o Governo da Colônia é transferida de Salvador para o Rio de Janeiro.<sup>28</sup> Além disso, com o fim da política de Pombal em 1777, uma nova política econômica é instaurada e é nesse

---

<sup>26</sup> FRAGOSO, João L. R., e Manolo FLORENTINO. O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, p 72-74.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 75.

<sup>28</sup> Idem, Ibidem.

contexto que o monopólio do contrato das baleias no Litoral Meridional, São Paulo e Rio de Janeiro, é extinto.

Enquanto isso, na Armação da Lagoinha o crescimento dos investimentos seguiu até o ano de 1801 quando a coroa não renovou o contrato de privilégio dos Quintela. Em 24 de abril deste mesmo ano o Príncipe Regente, através de um alvará, facultou a todos o direito de explorar a pesca da baleia. Extinto o monopólio, vendidas as duas armações baianas, abandonadas as instalações de Cabo Frio, coube à Fazenda Real administrar as feitorias baleeiras do Brasil Meridional.<sup>29</sup>

No período em que estiveram nas mãos da administração real as armações se viram abandonadas. A expansão do sistema de exploração do *peixe real* foi freada. A falta de pagamento da mão de obra fez com que velhos soldados fossem recrutados para o trabalho que deveria ser especializado. A desorganização reinou até 1816, quando as armações de Nossa Senhora da Piedade, Itapocoróia, Lagoinha, Garopaba e Imbituba foram arrendadas novamente a particulares. Esse período de novo arrendamento que perdurou até 1825 houve a restauração do monopólio e do investimento nas armações baleeiras<sup>30</sup>.

A diferença entre os inventários feitos, primeiramente em 1801 com o fim do monopólio, e posteriormente em 1816 com o retorno deste, acusa uma depreciação de 64:761\$177 nos valores do conjunto das instalações e dos escravos da Armação das armações da província de Santa Catarina.<sup>31</sup> Posteriormente irei tratar melhor sobre o destino destes escravos e sobre a aquisição de novos escravos para a Armação da Lagoinha no ano de 1817.

---

<sup>29</sup> ELLIS, op cit, p. 160.

<sup>30</sup> Idem, Ibidem.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 164.

Após algumas tentativas frustradas de repassar esse controle a particulares, com o estabelecimento da coroa portuguesa no Brasil a colônia passou a ter um status de Metrópole e avanços como navegação, comunicação, siderurgia, contribuíram para que comerciantes se encorajassem a arrendar as armações, investir capital e reerguer o negócio da caça da baleia no Brasil Meridional. Além disso, outro fator determinante foi o fato de a coroa ter percebido que a liberdade do setor fazia com que ninguém se interessasse no arrendamento destas. Estes novos fatores encorajaram um grupo de comerciantes a explorar a pesca das baleias nas Capitâneas do Sul. Esses se dispuseram a “arrendar as armações, investir capitais para reerguê-las do abatimento em que se encontravam e fornecer azeite de peixe ao povo, às luzes dos corpos de guarda e quartéis de tropas das fortalezas, assim como o fabrico de embarcações” do Rei. Estes arrendatários teriam então status e todos os privilégios de Empregados do Real Serviço.<sup>32</sup>

Da mesma maneira que em 1801, quando acabou o contrato de monopólio de exploração da baleia com Inácio Pedro Quintela e Joaquim Pedro Quintela, foi feito um levantamento das condições daquelas armações e de tudo que havia nelas, em junho de 1816 inicia-se novamente o processo de reavaliação dos bens e das contas para que esta pudesse ser reativada.

É essa documentação de avaliação da Armação de Santa Anna da Lagoinha e os investimentos dos dois anos que se seguiram na busca da recuperação desta que irei analisar neste e nos próximos capítulos deste trabalho.

### **1.1. Armação de Sant’Anna da Lagoinha: Um retrato**

---

<sup>32</sup> Ibidem, p. 186.

A Armação da Lagoinha localizava-se na Ilha de Santa Catarina e no início do século XIX integrava uma das freguesias mais ativas na produção de farinha de mandioca e outros gêneros alimentícios: a freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha.

As terras localizadas no Sul da Ilha de Santa Catarina, e que no início do século XIX formariam a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, começaram a receber povoadores efetivamente a partir da segunda metade do século XVIII, com a vinda de imigrantes açorianos para a região. Nesse momento duas comunidades se destacaram: o povoado do Ribeirão e a Armação de Sant'Anna da Lagoinha.

A primeira e mais antiga encontrava-se situada no sudoeste da Ilha, e surgiu em função dos interesses da Corte portuguesa de defender sua soberania no sul do Brasil. Entre os anos de 1748 e 1756 essa política trouxe em torno de seis mil açorianos para toda a Santa Catarina<sup>33</sup>.

Já a segunda localizava-se na costa sudeste da Ilha. Devido a uma Provisão Régia de 09 de julho de 1772, foi fundada a Armação da Lagoinha. Esta foi resultado de um contrato firmado entre Inácio Pedro Quintella e sócios e a Coroa portuguesa, a fim de expandir a exploração da caça da baleia e extrair o óleo que serviria para a exportação, além de material para a produção de velas e espermacete.

Como todas as demais armações, também a da Lagoinha esteve em pleno funcionamento até 1801 quando a administração da Fazenda Real findou o monopólio e as instalações entraram em um processo de depreciação. No entanto, em junho de 1816 a armação ainda contava com uma boa estrutura, mesmo estando um pouco abandonada, mas que continuava em uso.

---

<sup>33</sup> LUZ, op cit, p. 28.

A freguesia do Ribeirão se localizava na baía sul, do outro lado da Ilha, fazendo face ao continente. Ao sopé do monte mais alto da Ilha, havia um conjunto de casinhas alvas, com destaque para a Igreja de Nossa Senhora da Lapa. Além deste povoado, a freguesia se estendia por Caiacanga-açu até Naufragados, localizados na ponta mais meridional da Ilha. Mais ao leste, a freguesia abrangia o Pântano do Sul, a Armação da Lagoinha e a praia do Campeche, juntamente com suas ilhas e ilhotas.<sup>34</sup>

A Ilha do Campeche era a maior das Ilhas que faziam parte da Freguesia do Ribeirão. Esta se localizava quase em frente a um pequeno cabo que separa a praia do Campeche e a praia da Armação da Lagoinha.<sup>35</sup>

Como acontecia na maioria das freguesias, segundo o inventário efetuado em 1816, a armação também se organizava em torno de uma capela com 32 palmos de frente e 73 de fundo e ainda 35 de pé direito com a frente e fundo de pedra e cal. Era dedicada a Santa Anna. Ao redor dela, e próxima ao mar para facilitar o trabalho, estavam a casa da Vivenda, a casa do hospital e botica, a casa do engenho de frigar baleias e a casa dos tanques. Esta última era duplicada; havia uma localizada perto da estrutura maior e também uma outra menor que recebia azeite na Ilha do Campeche.<sup>36</sup>

Além destes materiais havia os 63 ganchos, os 136 arpões e 33 lanças que eram utilizadas na captura e morte da baleia, além de sua condução até o trapiche. Quando posta próxima ao trapiche, que possuía 75 braças de comprimento e dez palmos de largo, fateixas, que eram como ganchos, ou mesmo arpões, eram utilizadas para que a baleia fosse retirada das águas calmas da armação. Em 1816, a Lagoinha possuía para este serviço uma

---

<sup>34</sup> VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina - A Ilha*. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1985, p. 88-89.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>36</sup> Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação da Lagoinha.

fateixa de rabo, seis fateixas pequenas e outras cinco que já estavam velhas. Em seguida o toucinho era extraído com as facas e levado até o engenho de azeite.

A primeira fase dos trabalhos na armação era a caça da baleia, que se concentrava entre os meses de junho e setembro. Para esta eram utilizadas as ferragens de pesca, como eram denominadas no inventário. Na Lagoinha em 1816 faziam parte deste conjunto de utensílios 50 facas de chacota usadas e seis facas de açúcar. Quinze facas eram usadas para que os escravos fizessem o corte transversal de cima da baleia, juntamente com 44 outras facas menores usadas para picar o toucinho em pequenos pedaços, antes de estes serem enviados para o engenho de azeite.

O engenho de azeite ou casa do engenho de azeite era a principal estrutura da armação. No primeiro momento o toucinho era enviado a casa do açougue para ser picado e ter as melhores partes retiradas. Estas eram encaminhadas para as fornalhas onde o toucinho era derretido e transformado em óleo.

Em seguida, este óleo era levado até os tanques, onde ficava armazenado em tonéis até que fosse exportado por via marítima. Além dos tanques localizados na própria Armação da Lagoinha, esta possuía uma casa de tanques de receber azeite na Ilha do Campeche, com tanques de 3,5 metros de profundidade cada um<sup>37</sup>.

Outros materiais eram utilizados na conservação e possíveis consertos de materiais e da estrutura da armação concerto de materiais e estrutura da armação Havia entre as ferramentas da armação da Lagoinha aquelas utilizadas pelo tanoeiro em seu ofício, que consistiam em uma bigorna, dois martelos, talhadeiras, entre outros; havia as ferramentas do calafate, as do carpinteiro de Ribeira e de obra branca, as do pedreiro e ainda algumas que eram de diferentes usos. Havia ainda entre a propriedade da armação

---

<sup>37</sup> ELLIS, op cit, p. 111-113.



os materiais de cobre, como os três fornos de fazer farinha e as medidas de vender azeite; alguns objetos de madeira e as dez grandes pipas para armazenamento que estavam em meio uso, além de trinta e seis pipas comuns e dezoito pequenas<sup>38</sup>.

Para o trabalho no mar a armação da Lagoinha tinha duas lanchas de arpoar já bastante usadas, três canoas velhas que no momento do inventário serviam apenas para cortar baleia e uma canoa pequena de rebocar toucinho<sup>39</sup>. O óleo era exportado por via marítima para o Rio de Janeiro em sumacas e bergantins onde se concentrava para posterior redistribuição. Ao chegar ao seu destino o produto não passava pela Alfândega, mas sim desembarcada parte na armação de São Domingos, de onde era distribuído ao consumo do Rio de Janeiro. O excedente era encaminhado para as demais regiões e para Portugal.<sup>40</sup>

Haviam duas senzalas: uma na armação próxima à estrutura de beneficiamento do azeite e uma na Ilha do Campeche. A primeira, maior, era uma sequência de casas com quatrocentos palmos de frente e vinte e sete de fundo, levantada sobre pilares assim como a capela, e dividida em treze casas para feitores e escravos, feitas de pau a pique, pedra e cal. Tudo isso era calculado pela obra do pedreiro em 403\$000 e pela obra do carpinteiro em 326\$000, no total de 729\$000.

A segunda senzala, localizada na Ilha e de estrutura menor consistia em uma casa com trinta e quatro palmos de frente e trinta de fundo, formada sobre pilares com paredes de pau a pique. Era dividida em apenas dois quartos e calculada pela obra de pedreiro em 40\$000 e de carpinteiro em 35\$000, no total de 75\$000. As senzalas desta armação,

---

<sup>38</sup> Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação da Lagoinha. .

<sup>39</sup> Idem, Ibidem.

<sup>40</sup> ELLIS, op cit, p. 128-129.

juntamente com a da Armação da Piedade localizada um pouco mais ao norte, eram as duas maiores senzalas dentre as armações do Brasil Meridional.

Quarenta e seis escravos habitavam estas senzalas da Armação da Lagoinha no ano de 1816, muitos deles sem condições de trabalho, o que vem confirmar o abandono e desleixo para com a armação no período em que o monopólio foi abolido. Deixarei para abordar a questão dos escravos e demais trabalhadores da armação mais à frente, aprofundando temas sobre estes e sobre a chegada de novos escravos no período que se tentou revitalizar a armação.

Além desta estrutura, haviam casas onde ficavam os baleeiros e as lanchas, o cais paredão e o trapiche. Estas formavam a primeira linha das construções desta armação. Na Armação da Lagoinha, o paredão servia ao porto e à casa do engenho, formando simultaneamente o cais em que atracavam as lanchas baleeiras.

A armação da Lagoinha também contava com estrutura instalada para produzir e processar os alimentos necessários à subsistência daqueles que trabalhavam nela.

A casa do sítio era formada por uma casa de 120 palmos de frente e a mesma medida de fundo, tendo uma meia água contígua, com 40 palmos de frente e 13 de longo. A casa possuía uma sala e um quarto com paredes de pedra e cal frontais de tijolos com três fornalhas para fornos de fazer farinha. Também fazia parte deste conjunto uma casa de 60 palmos de frente e 40 de fundo levantada sobre esteiros onde estava o engenho de ralar mandioca. O engenho possuía duas rodas de ralar mandioca, duas prensas, uma de um furo e outra de dois, e um caixão de coar farinha. A existência dessa estrutura mostra que se não toda a farinha que servia de sustento para os escravos que ali trabalhavam, pelo menos uma parte desta era produzida na própria armação.

Havia ainda, entre os arrolados do inventário: pregadores, a botica, as alfaias da capela e os móveis da casa. Para o sustento, haviam duas plantações: 430 pés de laranjeiras e 80 pés de café. As duas deviam servir para o sustento dos que ali trabalhavam, principalmente os escravos, ou talvez servissem para serem vendidas como excedente ou serem trocados por outros produtos de necessidade<sup>41</sup>.

Havia ainda um outro armazém e uma casa, que segundo o inventariante serviu como engenho de cana mas que em 1816 já se encontrava desativado. Isto sugere que entre as funções dos habitantes da armação esteve a produção, talvez, mas certamente o beneficiamento de derivados da cana para açúcar e talvez aguardente.

É bem provável que os demais produtos para a alimentação dos trabalhadores fosse comprada de outros locais, ou mesmo de pequenos produtores da região, exceto a farinha e o açúcar que pelas descrições da estrutura da armação, eram produzidos ali, pelo menos em algum momento desde que esta foi fundada.

A caça a baleia se concentrava no meses de junho a setembro, período em que estas nadavam em direção ao litoral meridional para procriar e escapar do gelo dos territórios mais ao sul. Dessa forma, é possível pensar que nos períodos entre safra talvez o açúcar e/ou a farinha complementassem o tempo livre dos escravos.

O óleo era indispensável não apenas para a iluminação de localidades próximas a armação e fortalezas, como na exportação do óleo para a Europa, na produção de alimento para a população pobre e na confecção de vestimentas femininas e masculinas nas cidades européias, além de ter despendido numeroso esforço e gastos por parte dos administradores

---

<sup>41</sup> Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação da Lagoinha.

e detentores do monopólio. Assim surge o questionamento acerca da falta de trabalhos sobre a caça da baleia e a utilização da mão de obra escrava nesta atividade produtiva.

A falta de trabalhos sobre esse tema é compreensível se retomarmos as teorias explicativas que por muito tempo perduraram na historiografia brasileira.

## 1.2 Repensando a Historiografia

Por pouco mais de meio século no Brasil, duas teorias acerca da economia brasileira durante o período colonial e imperial, se sucederam buscando entender o sentido da economia colonial. A primeira destas teorias foi inaugurada por Caio Prado Jr e teve continuidade com autores como Celso Furtado e Fernando Novais. Posteriormente, Ciro Cardoso e Jacob Gorender iriam desenvolver uma outra que viria contrapor as idéias de Caio Prado Jr. Apesar de ser mais antiga e de ter sofrido mais críticas, foi a obra de Caio Prado Jr que fincou raízes mais profundas na historiografia brasileira<sup>42</sup>.

Na década de 1940 Caio Prado Jr publicou sua primeira tese acerca da formação da economia brasileira.<sup>43</sup> Nesse momento, Caio Prado discorreu acerca do que para ele seria o sentido da colonização: a ocupação e colonização do Brasil faria parte da história da expansão marítima e comercial européia e teria por fim principal a produção voltada para a exportação. Para Caio Prado Jr, todo o resto se subordinado a isso e é determinado por esse “sentido”.

Com esta interpretação, o autor firma a idéia de que o sistema colonial consistia, na colônia, em uma economia agro-exportadora, onde o mercado interno teria papel pouco

---

<sup>42</sup> FRAGOSO, João., e Manolo FLORENTINO, op cit, p. 25-27.

<sup>43</sup> PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942.

significativo e seria voltado apenas para a subsistência e autoconsumo. A razão para esta dependência estaria na tríade: economia agrária, escravidão e produção monocultora, pela qual o envio cada vez maior de recursos para a Metrópole era o principal objetivo.<sup>44</sup> Esse era o papel da colônia e a maneira como esta se inseria no mercado europeu. Outra análise seria a idéia de que a economia colonial brasileira teria passado por ciclos, onde a sucessão da hegemonia dos produtos seria resultado das mudanças internas e externas, mas sempre tendo por fim principal a exportação.<sup>45</sup>

Seguindo a linha de pensamento de Caio Prado Jr, autores como Celso Furtado e Fernando Novais, vieram reafirmar e complementar suas idéias. A contribuição de Celso Furtado consistia na idéia de que o comércio exterior era o ponto central em que se sustentava a economia escravista.<sup>46</sup> Seguindo a mesma linha de pensamento, Novaes desenvolve suas teorias subordinando flutuações econômicas de dentro da colônia aos acontecimentos externos. Para este autor, o Antigo Sistema Colonial era criado e recriado tendo sempre como ponto central o mercado externo e principalmente a Metrópole. Era para enriquecer a Coroa que esse sistema estava articulado e era desenvolvido. E mais: inserida no mercado mundial, a colônia funcionava a serviço do mercado capitalista europeu e de sua acumulação de bens.<sup>47</sup>

Já na década de 70 surgiriam as primeiras críticas às teorias de Caio Prado e de seus seguidores. Para Ciro Flamarion Cardoso, a teoria de Caio Prado era falha, já que ignorava o passado histórico das sociedades coloniais e de como estas haviam sido desenvolvidas, com especificidades locais. Outro aspecto foi o reconhecimento por parte de Cardoso de

---

<sup>44</sup> PRADO JR, Caio. História Econômica do Brasil. 26<sup>a</sup> ed, São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>46</sup> FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Ed. Nacional. São Paulo, 1982.

<sup>47</sup> NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777/1808). São Paulo; Hucitec, 1979.

modos de produção baseados nas produções destinadas ao mercado interno, funcionando paralelamente às agroexportações. Além disso, segundo o autor, não era a Metrópole o centro da economia colonial, mas sim o uso da mão de obra escrava é que sustentava este sistema.<sup>48</sup>

Foi em meio a estas discussões e seguindo a lógica do Antigo Sistema Colonial, que se priorizou o estudo da atividade canavieira, já que esta movimentou uma quantidade muito maior de cativos, tendo sua produção voltada estritamente para o mercado internacional. Como consequência desta teoria é que se acreditou durante muitos anos que para entender a História do Brasil bastava compreender a movimentação e organização desse mercado agroexportador, ou seja, o mercado dos grandes engenhos, latifúndios e latifundiários, além dos que nestas propriedades trabalhavam. Nesta perspectiva havia apenas senhores e escravos e toda produção não voltada para o mercado externo era pouco significativa.

Nas décadas de 80 e 90 novas análises acerca não só da economia colonial mas também da cultura e política dos que viviam na colônia começam a oferecer novos rumos à historiografia brasileira. Com um retorno às fontes manuscritas, e neste momento não apenas as oficiais utilizadas anteriormente, mas também utilizando jornais, registros eclesiásticos e documentação do cotidiano das unidades produtivas é que autores de toda uma geração passam a dedicar atenção à produção e comercialização de itens produzidos visando o abastecimento do mercado interno, principalmente no abastecimento das regiões agro-exportadoras. Estes autores chegam a conclusões que contradizem as afirmações anteriores. O mercado interno, negligenciado pela historiográfica mais antiga, era dinâmico

---

<sup>48</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. Escravo ou camponês. São Paulo. Brasiliense: 1987.

e mesmo nos momentos em que a economia exportadora encontrava-se em baixa, este conseguia se manter forte e ativo.

Recentemente Bert Barickman abordou a relação entre a agro-exportação e as produções voltadas para o mercado interno na região considerada o berço das plantations. Utilizando inventários do Recôncavo Baiano entre os anos de 1780-1860, o autor procura estabelecer comparações entre as posses de terras, os usos da mão-de-obra escrava e as práticas agrícolas na produção de três itens de destaque: cana-de-açúcar, o fumo e a mandioca. Barickman dedica sua atenção para o estudo do mercado interno de produtos, tendo a farinha de mandioca como destaque, já que a possibilidade de compra destes produtos indispensáveis para o sustento de escravos, e mesmo da população livre pobre, fez com que produtores de açúcar da região pudessem direcionar as terras e a mão de obra para o plantio da cana e beneficiamento do açúcar Além deste mercado na maioria das vezes funcionar independente das flutuações do mercado exportador, ainda conseguia abarcar um número significativo de escravos provenientes do tráfico atlântico de cativos.<sup>49</sup>

É nessa economia colonial descrita por Barickman, onde a produção de abastecimento e a agroexportadora estavam relacionados, mas não necessariamente suas flutuações variavam conforme as reações do mercado externo é que as armações baleeiras, e neste caso a da Lagoinha, se inserem. Outro autor, anterior a Barickman, também oferece contribuições valiosas a historiografia e na constituição desta pesquisa e interpretação de suas fontes.

Stuart Schwartz utilizando-se de uma pesquisa microscópica e detalhista em documentos de alguns engenhos de açúcar da região da Bahia e Pernambuco, traz desde informações básicas sobre o uso da mão de obra indígena até a utilização em larga escala da

---

<sup>49</sup> BARICKMAN, op cit.

mão de obra africana. Seu estudo minucioso sobre alguns engenhos de açúcar no nordeste brasileiro, oferece detalhes sobre o funcionamento do sistema escravista, especialmente no que tange no cotidiano de senhores e escravos e as relações estabelecidas entre eles.<sup>50</sup>

Schwartz ainda vai além. Em seu trabalho, este oferece uma crítica a autores como Jacob Gorender.<sup>51</sup> Para Gorender, a extração do trabalho dos escravos se dava com base na violência continuada. Outros autores posteriormente vieram a concordar com Gorender. Fernando Henrique Cardoso chegou a afirmar que o escravo havia introjetado a visão que o senhor tinha dele, de coisa.<sup>52</sup> Para estes autores, os escravos só se tornavam agentes ativos no momento em que estavam em conflito com seus senhores, buscando romper com o sistema escravista. Enquanto encontrava-se trabalhando, seja nas *plantations* ou nas produções destinadas ao mercado interno ou as exportações de menor porte, estes eram passivos aos mandos e desmandos de seu senhor, se comportavam como “coisas”, sem vida ou cultura própria.

Essa tese foi desmontada por Schwartz quando estudando o cotidiano das relações entre senhores e escravos, explorou questões como a alimentação, vestuário, moradia e de outras situações cotidianas, a possibilidade de constituir família, o direito de cultivar suas próprias roças e vender os excedentes, de exercer o culto a seus antepassados, a possibilidade de ascender na hierarquia do trabalho e de conquistar a alteração de sua condição jurídica, foram analisados como sendo parte das negociações entre senhores e escravos que possibilitassem o funcionamento das unidades produtivas.

Foi estudando estes fatores que o autor verificou a presença cotidiana de negociação entre ambas as partes, concretizadas principalmente no oferecimento de incentivos

---

<sup>50</sup> SCHWARTZ, Stuart B, op cit.

<sup>51</sup> GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo. Atica, 1980.

<sup>52</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. São Paulo: Difel, 1962.



negativos e positivos que buscavam extrair o trabalho dos cativos, mas também que os oferecia um pouco mais de autonomia sobre si e sua família.<sup>53</sup>

Outro autor que compartilha destas idéias e que também merece destaque é Robert Slenes quando este se dedica a estudar a formação de famílias escravas no Sudeste e como estas preservavam a cultura africana em suas construções e costumes. Analisando as moradias escravas e as maneiras como estes cativos buscavam preservar seus cultos e tradições africanas, o autor conclui que a formação das famílias no Sudeste escravista servia como uma forma de resistência, já que facilitava a preservação de sua cultura africana, em detrimento da aculturação, resultado das imposições senhoriais.<sup>54</sup>

Levando em consideração esses, e outros estudos recentes como o de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira, Ricardo Alexandre Ferreira, Manolo Florentino, João Fragoso, entre outros, que vão para além análise exclusiva das grandes produções agroexportadoras, mas que dão luz às produções do mercado interno ou mesmo das exportações de menor porte.<sup>55</sup> é que esse trabalho toma como tema central uma das tantas armações baleeiras que durante o século XVIII e XIX que se encontravam espalhadas pelo litoral e que era parte integrante e importante para a economia colonial brasileira: a Armação de Sant'Anna da Lagoinha.

O azeite, principal produto resultante da caça da baleia e produzido nestas armações, alimentava os mercados internos e externo, servindo na iluminação de povoados, cidades e fortalezas. Isso perdurou até a primeira metade do século XIX quando o querosene, derivado do petróleo, passou a ser explorado e utilizado como fonte para a

---

<sup>53</sup> SCHWARTZ, Stuart B, op cit.

<sup>54</sup> SLENES, Robert W. Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>55</sup> LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História da agricultura brasileira: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981; FERREIRA, op cit; FRAGOSO e FLORENTINO, op cit.

iluminação. Posteriormente ainda este seria substituído pela eletricidade. Além de fornecer azeite para o mercado interno e externo, já que a produção européia não supria a demanda, as armações produziam matéria prima para argamassa de construções, para sabões e velas, e barbatanas que eram exportadas para servirem na fabricação de vestuários femininos, principalmente espartilhos. No mercado interno, as armações baleeiras forneciam a carne para a alimentação da população pobre.<sup>56</sup>

A Ilha de Santa Catarina foi ocupada desde meados do século XIX por imigrantes açorianos que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade como milho, arroz, feijão, café, açúcar e mandioca. A farinha não apenas era utilizada na alimentação dos moradores da região, como algumas vezes exportada para as regiões agroexportadoras. Os trabalhos recentes tem explicado o quanto esta produção de alimentos era baseada em mão de obra escrava.

Além disso, Cardoso e Piazza utilizaram-se de um censo do ano de 1872, generalizando o quadro encontrado acerca da ocupação dos escravos, considerando que esta havia sido doméstica e urbana em todo o século XIX, quando o que os demais censos apontam para uma concentração nas atividades ligadas a terra, como a produção de mandioca, café, feijão, entre outros. No entanto, entendendo que o censo de 1872 representava o retrato do que havia ocorrido em todo o século XIX, estes caracterizaram a economia catarinense nesse período como de subsistência e mesmo pouco dinâmica. E

---

<sup>56</sup> OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. A pesca da baleia em Santa Catarina e São Paulo no período colonial: alguns traços da sua história. In: Anais eletrônicos da XXII Semana de História - "O Golpe Militar e os dilemas do Brasil Contemporâneo". UNESP/Assis. Assis, 19 a 22 de outubro de 2004, p. 03.

mais: valendo-se da vinda de casais açorianos, justificaram a mão de obra como de cunho familiar, mesmo admitindo a expressiva presença escrava.<sup>57</sup>

No entanto não é isso que podemos perceber quando analisamos as armações baleeiras deste litoral, principalmente a Armação da Lagoinha, além das fazendas e engenhos de mandioca de freguesias como a do Ribeirão da Ilha onde este era o principal produto e que também movimentou grande número de escravos neste período. Números mostram que em torno de 31% dos batizados na freguesia no período compreendido entre 1807 e 1854 eram escravos, sendo 21% destes africanos. Além disso, em 1843 em torno de 40% das famílias dispunham de mão de obra escrava. Entre os proprietários, 76% possuíam entre 1 e 5 escravos, enquanto 7,5% deles possuíam mais de dez escravos.<sup>58</sup>

Estes números apontam que, ao contrário do que afirmaram muitos autores sobre a escravidão em Santa Catarina, esta não era apenas de caráter periférico.

O reflexo desse conjunto de generalizações foi que o número de trabalhos não apenas sobre as armações, mas também sobre a escravidão em Santa Catarina, fosse muito pequeno. O trabalho mais aprofundado sobre a atividade da pesca da baleia no Brasil Colonial e Imperial foi apresentado por Myrian Ellis.<sup>59</sup> Em seu trabalho a autora discorre sobre o surgimento, consolidação e fechamento das armações baleeiras de todo o litoral brasileiro. Seu trabalho, baseado em fontes, serve como base para pesquisas mais aprofundadas acerca da caça da baleia e sua importância no cenário colonial.

---

<sup>57</sup> MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1888). PPGHST/UFSC, 2006, p. 5.

<sup>58</sup> ZIMMERMANN, Fernanda & MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório Final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.

<sup>59</sup> ELLIS, op cit.

Mais especificamente sobre as armações de Santa Catarina, o que se pode encontrar é uma dissertação de mestrado escrita por Célia Maria e Silva<sup>60</sup>. Para desenvolver sua análise acerca da economia pesqueira em Ganchos, a autora resgata os primórdios da atividade naquela região na mais importante Armação do litoral catarinense: a Armação da Piedade. Além de alguns dados acerca da estrutura da armação, esta traz mapas e informações sobre os trabalhadores que facilitam o entendimento de como funcionavam estas unidades de caça a baleia e coloca problemas como as unidades familiares, de pesca ou de produção de mandioca, que tinham escravos assim como a inserção desta atividade no mercado maior, não apenas local.

Seguindo os passos de Célia Maria e Silva, Fábio Israel Vieira de Campos<sup>61</sup>, em seu trabalho de conclusão de curso, desenvolveu um trabalho de pesquisa sobre a mão de obra, livre e escrava, utilizada na caça da baleia na mesma Armação da Piedade. Além do que já havia sido exposto por Myriam Ellis e Célia Maria e Silva, Campos pesquisa registros de batismo e busca através destes reconstituir as famílias escravas pertencentes à armação.

Há também alguns trabalhos mais antigos acerca da freguesia de São Miguel da Terra Firme, da qual a Armação de Nossa Senhora da Piedade, a maior do litoral catarinense, fazia parte. Todos eles trazem contribuições para o entendimento daquela freguesia, no entanto o trabalho escravo não aparece como foco principal. A coletânea de artigos reunidos por Ana Lúcia Coutinho são escritos por políticos e demais figuras de

---

<sup>60</sup> SILVA, op cit.

<sup>61</sup> CAMPOS, Fábio Israel Vieira de. A mão-de-obra utilizada para a caça da baleia no litoral catarinense - Armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade, 1746-1836. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

prestígio na região durante a década de 1990, e que tratam essencialmente sobre a política da região no início e decorrer do século XX.<sup>62</sup>

Outro recente trabalho é o de Joaquim Gonçalves dos Santos, onde através de pesquisa de caráter demográfico, esse procura entender a forma como uma das primeiras freguesias do continente, face à Ilha de Santa Catarina, tornou-se, como designa o autor, apenas um povoado em Biguaçu.<sup>63</sup>

Todos estes trabalhos, exceto o de Myriam Ellis que se trata de uma obra mais geral, se dedicam a pesquisar a Armação da Piedade, seus trabalhadores e sua estrutura, com diferentes focos e por vezes de forma superficial. Porém, a Armação da Lagoinha, única armação situada na Ilha de Santa Catarina é pouco tratada, principalmente em trabalhos que têm como enfoque o Ribeirão da Ilha. Temos certeza, no entanto, que as armações não foram objeto de pesquisa no campo da escravidão, de explicar seu funcionamento interno, é essa lacuna que este trabalho busca preencher.

É então utilizando fontes diversas que no próximo capítulo irei me dedicar a explorar a divisão das tarefas na armação e de que forma a especialização do trabalho, a condição social e a cor ou origem, influenciavam nesta divisão de tarefas. Além disso a armação possui uma situação peculiar: esta não possui propriamente um senhor, o que faz com que o controle da unidade produtiva seja um foco interessante a ser pesquisado.

---

<sup>62</sup> COUTINHO, Ana Lúcia. São Miguel da Terra Firme: 250 anos (1747-1997). Florianópolis: EDEME, 1997.

<sup>63</sup> SANTOS, Joaquim Gonçalves dos. A Freguesia de São Miguel da Terra Firme: aspectos históricos e demográficos - 1750-1894. 1996. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1996.

## **2. HIERARQUIZAÇÃO, TRABALHO E TRABALHADORES DA ARMAÇÃO**

Após aproximadamente quinze anos de abandono, período no qual a Coroa decretou livre a caça da baleia e em que a Armação ficou sob a administração da Fazenda Real, em 1816 estipulou-se novo período de monopólio da caça da baleia, em que um consórcio de comerciantes sediados na praça do Rio de Janeiro e liderados por Joaquim Alves voltou a administrar as armações do sul do Brasil. No entanto, foi preciso fazer um levantamento e uma avaliação do estado em que se encontrava a estrutura de caça da baleia na Lagoinha. Este inventário serviria como ponto de partida para que o novo administrador, designado pelo grupo de detentores do contrato iniciasse o trabalho de reativação da caça e processamento do óleo da baleia.<sup>64</sup>

A administração da pesca da baleia organizou um grupo de trabalhadores livres e especializados, provenientes do Rio de Janeiro e que seriam responsáveis por inventariar todos os bens da armação, fossem eles móveis ou de raiz, e detalhar seu estado bem como suas características.

### **2.1 Uma Sociedade Colonial**

Até o momento foi possível perceber como a Armação se organizava e como as mudanças fizeram com que as relações fossem reorganizadas afim de que a caça da baleia e a produção do óleo para iluminação se mantivessem como uma produção rentável não só para seus administradores, mas também para a coroa que agora se encontrava no Brasil, refugiada da ocupação napoleônica de Portugal.

---

<sup>64</sup> ELLIS, op cit, p 186-187.

Assim como discute Stuart Schwartz para a sociedade em torno dos engenhos açucareiros do nordeste, nas demais regiões ocupadas por atividades que empregavam escravos no período colonial, também não foi apenas a mão de obra cativa que fez com que estas fossem caracterizada como formando uma sociedade escravista, “mas principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e livres, aos princípios hierárquicos baseados na escravidão e na raça, às atitudes senhoriais dos proprietários e à deferência dos socialmente inferiores”.<sup>65</sup>

Mesmo com essas distinções jurídicas, livres e escravos viviam maioria das vezes nas categorias livre e escravos viviam em mundos separados, mas estas categorias significavam dois pontos de uma continuidade, ambas com vantagens e prejuízos.<sup>66</sup> O convívio de ambas em uma mesma unidade produtiva seria assim ao mesmo tempo um problema para o controle dos escravos e um incentivo na busca por uma ascensão nessa hierarquia, uma chance de mudança na condição social para os escravos.

A sociedade escravista brasileira, baseada na dominação do indígena, e posteriormente do escravo vindo da África e de seus descendentes nascidos em território brasileiro, criou hierarquias fundamentadas nas diferenciações de cor e raça, que acabavam por refletir a organização interna das unidades produtivas, em especial as maiores, onde a diversidade de tarefas e de trabalhadores fazia com que a hierarquia aparecesse de forma mais óbvia. São nessas grandes propriedades que a necessidade de trabalhos especializados, como dos feitores e artesãos, criou oportunidades de diferenciação entre cativos, forros e livres<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> SCHWARTZ, op cit, p. 214.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 215.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 215.

Pensando nestas questões referentes à divisão e hierarquização do trabalho livre e escravo em uma grande produção onde os cativos eram largamente utilizados como base da mão de obra, é que analiso a diferenciação do trabalho de livres e escravos da Armação da Lagoinha e a maneira pela qual, categorias como sexo, idade, condição social e origem interferiam no cotidiano destes trabalhadores e em sua chance de distinção social e na busca por uma maior autonomia.

## **2.2 A divisão das tarefas e a especialização do trabalho livre e escravo**

A mão de obra na Armação da Lagoinha, assim como nas fazendas de cana de açúcar do Nordeste, misturou trabalhadores remunerados e escravos, fossem alugados ou comprados no mercado de escravos.<sup>68</sup> Os primeiros eram contratados principalmente para tarefas mais especializadas ou para manter a ordem entre os trabalhadores escravos, que se dedicavam principalmente às tarefas de remar e no processamento do óleo.

Muito embora a escravaria realizasse a maioria dos trabalhos na armação, para as tarefas mais especializadas eram contratados trabalhadores livres ou mesmo forros. Havia duas formas de *contrato*. Para tarefas que se estendiam durante todo o ano empregavam-se trabalhadores que recebiam salários todo mês de acordo com o que fora previamente estipulado. Assalariados eram os feitores e arpoadores, trabalhos considerados indispensáveis na armação. Além destes havia os jornaleiros, que eram contratados para trabalhos temporários, conforme a necessidade da armação, e que recebiam conforme o serviço prestado. Havia também a figura do caixeiro que era designado pelo administrador

---

<sup>68</sup> Idem, Ibidem.



e era o responsável pela venda do óleo. O salário era designado conforme a função exercida<sup>69</sup>.

O trabalho remunerado ultrapassava as atividades de jornaleiros e assalariados e se estendia a três outras categorias: administrativa, médica e religiosa. O administrador era responsável por supervisionar o trabalho na pesca, fábrica, oficinas e o resto do pessoal além de cuidar da contabilidade e da prestação de contas para a Administração Geral da Pesca da Baleia, que tinha sede no Rio de Janeiro. Antônio Luís Pereira, Administrador da Armação da Lagoinha em 1816 recebia 350\$000 por ano de ordenado, ou seja, quase 30\$000 mensais e para a alimentação, \$320 réis diários.<sup>70</sup>

No ano de 1817, com o novo contrato, houve uma troca na administração da Armação da Lagoinha. Em 16 de junho de 1817, a sumaca Fama vinda do Rio de Janeiro com destino a Armação da Piedade, trazia além de uma carga de quatro escravos para a dita armação, o novo Administrador da Armação da Lagoinha, José Antônio de Carvalho que, juntamente com sete pessoas de sua família e mais seis escravos, provavelmente seus, ia se estabelecer naquela Armação.<sup>71</sup>

Junto com seus familiares e escravos, este trouxe um porco, quatro leitões, 54 galinhas, toucinho, presunto, lingüiça, vinhos, licores, aguardente, cerveja, vinagre, açúcar de todos os tipos (branco, refinado, pérola), café, chocolate, marmelada, roscas, sequilhos, pães, manteigas, nozes, velas, feijão, farinha, ovos, entre outros itens para sua alimentação e conforto, além de alguns itens que seriam destinados a própria armação. O valor de todos o carregamento de alimentos, perfumes e utensílios foi de 183\$320.<sup>72</sup>

---

<sup>69</sup> ELLIS, op cit, p. 109-110.

<sup>70</sup> Idem, Ibidem.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 94.

O cirurgião e o padre ficavam responsáveis pelos cuidados com o corpo e mente dos trabalhadores. Na remuneração ambos equivaliam-se, o que pode leva a crer que para a administração seus serviços eram de igual importância. Por exemplo, por um ano de serviços prestados o cirurgião Felizardo Carvalho da Cunha e Silva, da Lagoinha e o frei Pedro Antônio de Agote que trabalhava na capela da Armação da Garopaba, recebiam um soldo de 158\$400.<sup>73</sup> Na armação da Lagoinha, os serviços religiosos ficavam a cargo do padre da igreja do Ribeirão da Ilha, já bem estruturada nesta data (1817).

Os trabalhadores livres podiam ser contratados por longo período, como no caso dos feitores, que recebiam além do pagamento pelos serviços prestados, uma importância referente ao alimento que consumiriam.<sup>74</sup> A Armação da Lagoinha, entre 1816 e 1817 possuiu sempre três feitores, um padre e um médico. Estes seriam os responsáveis diretos pela fiscalização dos trabalhos. Por exemplo, na Armação da Lagoinha de 01 de junho de 1816 à 15 de março de 1817, Francisco Antônio Sanches, primeiro feitor, recebeu 74\$413. Em 15 de março foi substituído por José Diniz Pereira, que na armação trabalhou até 31 de maio de 1817 e por isso recebeu 19\$582.

Simão Barbosa, que trabalhou como segundo feitor entre 01 de junho de 1816 e 31 de maio de 1817, recebeu pelos seus serviços 84\$000. Já o terceiro feitor Gabriel de Souza Quadros, que prestou serviços a administração da armação no período compreendido entre 01 de junho de 1816 e 31 de maio de 1817, recebeu 49\$000 por seus serviços. É possível perceber através das remunerações que mesmo entre os feitores havia uma

---

<sup>73</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>74</sup> Idem, Ibidem.

hierarquia, sendo os seus ordenados um reflexo da posição que ocupavam e importância que possuíam para o bom andamento da armação.<sup>75</sup>

Os demais operários livres da armação eram jornaleiros que recebiam conforme o trabalho diário. Estes exerciam funções de carpinteiros, calafates e pedreiros, serradores e falquejadores, funções que também eram exercidas por trabalhadores escravos. Uma terceira relação de trabalho remunerado na armação era o contrato estipulado com os que trabalhavam nos baleeiros: arpoadores e timoneiros. Estes recebiam conforme o número de baleias capturadas.<sup>76</sup>

Nas tarefas marítimas eram empregados trabalhadores livres, que em sua maioria faziam parte de populações litorâneas de pescadores e pequenos agricultores. Porém com os anos de abandono, e sem receber pelo trabalho exercido, os trabalhadores livres se dispersaram e nos quinze anos de administração da Fazenda Real, velhos soldados foram recrutados para exercer as funções mais especializadas como a função de arpoador, de comandar a embarcação ou de manter o controle sobre os escravos na função de feitor da propriedade<sup>77</sup>.

Além dos trabalhadores livres remunerados havia os trabalhadores escravos. Alguns eram escravos alugados de outros proprietários, apenas para o período de safra. Outros, a maioria, era de propriedade da pesca da baleia. Eram comprados em mercados do Rio de Janeiro e distribuídos entre as Armações pela Real Administração. A maioria destes eram africanos vindos diretamente da África através do tráfico Atlântico.

No primeiro caso o proprietário do escravo negociava com o administrador que deveria pagar determinado valor por cada dia trabalhado, ao fim do período este retornaria

---

<sup>75</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 102-104.

<sup>77</sup> Idem, Ibidem.

ao poder de seu senhor. Em 1816 dois casos são registrados. No primeiro, Dona Iria Maria de Jesus alugou para o tempo da pesca, por trinta e seis dias, um escravo de sua propriedade ao preço de 160 réis diários; no segundo, João Tavares Ribeiro alugou por doze dias um dos vários escravos que possuía.<sup>78</sup> A idade e função exercida por estes escravos, assim como o valor pago pelo aluguel destes não consta em nenhum dos documentos pesquisados.

O maior grupo de trabalhadores da Armação da Lagoinha era de escravos que pertenciam a Armação. Estes haviam sido adquiridos pelos arrendatários nos últimos anos do século XVIII, período em que o funcionamento da Armação foi mais intenso, e lá permaneceram por todo o período de decadência. É provável que a Fazenda não tenha comprado nenhum novo cativo no período em que esteve responsável pela administração da Armação, nos anos compreendidos entre 1801 e 1816, já que entre os escravos arrolados no inventário de 1816, não há o registro de algum escravo em idade própria para o trabalho. O que temos é uma lista que contém 46 escravos, muitos em idade avançada, sendo 18 deles ditos como “sem valor”, e que estão descritos no inventário juntamente com a descrição de suas funções.

---

<sup>78</sup> Ibidem, p. 102-103.

**TABELA 1.** Lista dos Escravos da Armação em 1816

NOME	ORIGEM	OFÍCIO	CONDIÇÃO/SAÚDE	IDADE	VALOR
Antônio	Congo	Falquejador	-	35	115\$200
André	Moçambique	-	Doente	56	51\$200
Antônio Jacinto	Mina	Cortador de açougue	Maníaco	64	51\$600
Bernardo	Mina	Chacoteiro	-	70	12\$800
Caetano	Benguela	-	-	68	12\$800
Caetano	Agumi	-	-	78	12\$800
Domingos	Crioulo	Mestre de Azeite	Doente	60	12\$000
Domingos	Moçambique	Remeiro	-	61	50\$000
Francisco	Benguela	Falquejador	Um braço quebrado	46	32\$000
Felippe	Mina	Gancheiro	-	80	8\$000
Joaquim	Magume	Cortador de cima da baleia	Doente	66	19\$000
Ignácio	Mina	-	-	71	12\$800
João	Rebolo	Chacoteiro	-	66	38\$400
Joaquim	Cabinda	Remeiro	-	68	16\$000
Jorge	Mina	Chacoteiro	-	70	16\$000
João	Cabinda	Remeiro e Aprendiz de Carpinteiro	-	46	96\$000
Joaquim	Molumbo	Pedreiro	Doente	62	40\$000
Jeronimo	Mina	Chacoteiro	-	68	12\$800
José	Mina	Remeiro	-	72	10\$000
João	Mina	-	-	63	64\$000
João	Agumi	-	-	66	12\$800
Luiz	Crioulo	-	-	56	51\$200
Manoel	Congo	-	-	73	10\$000
Paulo	-	Mestre de Azeite	-	68	12\$800
Pedro	Mogumbe	Remeiro	-	66	64\$000
Thomaz	Camundá	Remeiro	-	68	60\$000
José	-	Mestre de Azeite	-	64	16\$000
Xavier	Benguela	Remeiro	-	46	76\$800
Antônio José	-	Mestre de Azeite	-	59	
André	-	-	Torto e decrépito	71	
Cristovão	Molumbo	-	Doente	66	
Francisco	Rebolo	-	Decrépito	78	
Francisco	-	-	Doente	68	
Gonçalo	Mina	-	Decrépito	78	
José	Quisamia	-	-	80	
José Chico	-	-	-	80	
Joaquim	-	Canoa	Doente	68	
Matheus	-	Contra Mestre	Doente	79	
Miguel	Benguela	-	Doente	60	
Matheus	Rebolo	-	Com um pé cortado	65	
Manuel	Agumi	-	Paralítico e Sem um braço	68	
Sebastião	Mina	-	Asmático	70	
Salvador	-	-	Doente	70	
Salvador	Mina	Gancheiro	Cego	66	
Vitorino	Benguela	-	Moléstia Crônica	66	
Xavier	Benguela	-	Asmático	46	

**FONTE:** Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio, Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Sant'Anna da Lagoinha. 1816-1820.

É interessante perceber que todos os escravos arrolados no inventário eram do sexo masculino, o que nos faz pensar em duas hipóteses. A primeira é a de que o trabalho na armação era considerado exclusivamente masculino, o que fez com que apenas homens fossem comprados e enviados para a armação. Outra possibilidade é de que mesmo durante a administração da Fazenda Real houvesse um intercâmbio de mulheres, homens e crianças, entre as armações do contrato e que assim as mulheres tenham sido arroladas junto aos escravos de alguma outra armação da região Meridional.

Apesar das hipóteses levantadas, o fato é que entre os escravos arrolados no inventário todos eram homens. Mesmo que mulheres houvessem sido arroladas como escravas de alguma outra armação, o mais provável é que o número de homens fosse muito superior ao de mulheres. Isso reflete uma preferência pelo trabalho masculino na armação, em decorrência do tipo de trabalho que era exigido da escravaria, pesado, e que necessitava de força, como nos casos dos remeiros ou dos falquejadores<sup>79</sup>.

A idade avançada dos escravos que permaneceram na armação demonstra a ausência de crescimento vegetativo nesta população escrava, reflexo da ausência de mulheres cativas que pudessem constituir família e renovar a escravaria sem a necessidade da compra através do tráfico no qual a Fazenda Real não investiu nos 15 anos anteriores. Quarenta e cinco, dos 46 escravos da armação tinham mais de 40 anos e, na verdade, mais de dois terços estavam com mais de 60 anos de idade.

Em 1817, com a tentativa de revitalização da economia da caça a baleia, mais uma vez surgem investimentos na aquisição de mão de obra.

Destes 46 escravos, dos que temos registro de origem 80,4% provinham do tráfico Atlântico de escravos e 19,6% eram crioulos, ou seja, nascidos na Brasil. Porém não há

---

<sup>79</sup> Ver tabela 1.

registro de que estes tenham nascido na Armação, mesmo pela idade já avançada e pela ausência de mulheres na armação. Provavelmente estes foram adquiridos pelo administrador já em idade de trabalho, em alguma outra localidade do país. Entre os escravos africanos, 31,5% deles provinham do Centro Oeste africano; 29% da África Ocidental; 5,2% da África Oriental; e cerca de 24,3% vinham de regiões ainda não identificadas.

Esses números diferem dos encontrados para toda a freguesia do Ribeirão da Ilha, freguesia da qual a Armação fazia parte, no ano de 1843. Naquele ano, em uma lista nominativa da freguesia a população escrava era formada por 51% de escravos africanos, sendo aproximadamente 76% destes vindos da África Centro-Ocidental, sendo 35% deles só do Congo. Além disto, 15% eram da África Oriental (Moçambique), e 9% da África Ocidental (Costa da Mina)<sup>80</sup>.

O que é interessante ressaltar é que a composição étnica da escravaria da Armação era muito diferente do que encontramos em toda a primeira metade do século para a freguesia do Ribeirão e da composição étnica dos escravos que chegavam nos portos do Rio de Janeiro. Se nesses locais os escravos vindos África Centro Ocidental perfaziam suprema maioria na composição da escravaria<sup>81</sup>, o que se percebe para a Armação é o equilíbrio entre as regiões, sendo a maioria vinda do Centro Oeste Africano, principalmente da região da Costa da Mina. A Costa da Mina foi a região que mais enviou escravos para a Bahia.

É possível se levantar a possibilidade de que em 1801, quando do fechamento das armações na Bahia e fim do monopólio da caça das baleias<sup>82</sup>, escravos de armações da

---

<sup>80</sup> ZIMMERMANN, F. e MAMIGONIAN, B. G.. op cit.

<sup>81</sup> KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>82</sup> ELLIS, op cit.

Bahia tenham sido transferidos para as armações do sul, inclusive a da Lagoinha. Outras possibilidades seriam de que na segunda metade do século XVIII a administração da Armação da Lagoinha tenha comprado escravos através da Bahia, ou ainda que africanos da Costa da Mina tivessem experiência neste tipo de função e tenham sido comprados de propósito. Mas isso são apenas especulações. Por enquanto, o que é certo é que a composição étnica dos escravos da Lagoinha diferia, e muito, da composição dos cativos do resto da freguesia e mesmo de Desterro.<sup>83</sup>

### **2.3 A Caça da Baleia e o Beneficiamento do Azeite**

Todos os dias, entre os meses de maio e setembro quando os cetáceos se aproximavam fugidos dos gelos e da noite polar, trabalhadores livres e escravos se dirigiam ao mar a fim de capturar algum destes animais. Era também nesses meses de inverno que as fêmeas eram fecundadas, o que as torna mais frágeis e fáceis de serem capturadas. Por vezes trabalhadores, como remeiros e arpoadores, passavam longos períodos ao mar à espera da vinda de algum animal.<sup>84</sup>

Pescar baleias não era tarefa das mais fáceis e menos arriscadas. As embarcações utilizadas para abordarem o animal não eram grandes e não raras vezes afundaram, seguindo o mergulho da baleia antes que desse tempo de romper a corda do arpão.<sup>85</sup> Por esse motivo antes de seguirem para o mar, estas eram abençoadas pelo padre e aí então

---

<sup>83</sup>PIAZZA, op cit.

<sup>84</sup>ELLIS, op cit, p. 112.

<sup>85</sup>SPIX e MARTIUS, Viagem pelo Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981, p. 139.



“deslizavam pela rampa de pedra do cais da armação e flutuavam na água mansa da enseada”.<sup>86</sup>

Uma vez avistado o animal, os remadores, geralmente em número de dez a doze homens, em sua quase totalidade escravos, se posicionavam e começavam a remar. À frente, o baleeiro, ou arpoador, carregava um arpão pesado de ferro e outros estavam dispostos ao seu lado. De pé, este se firmava e equilibrava-se conduzindo o barco no itinerário da caça. A baleia, por sua vez, se movimentava sendo seguida incansavelmente.

Se o animal estivesse acompanhado de seu filhote, o seu abate seria mais fácil já que atingindo o pequeno animal era bem provável que a baleia mãe fosse ao seu encontro e se transformasse em presa fácil. Sendo assim, primeiramente o arpoador acertava o lombo do filhote e o trazia para rente à embarcação. Com a aproximação da mãe esta era então capturada. Caso não houvesse filhote, o animal era perseguido, até a aproximação do arpoador, que lhe arremessava a lança. Esta era uma função exercida quase que especificamente por trabalhadores livres. Arpoados o animal, baixavam-se as velas, recolhiam e suspendiam-se os remos. A corda que prendia o arpão era atada à ponta extrema da proa da embarcação que seguia em alta velocidade o animal ensangüentado. Morta, a baleia era rebocada, por um cabo atado à sua cauda, e puxada pela baleeira até o local mais raso da praia.<sup>87</sup>

Uma canoa partia ao encontro do baleeiro a fim de conduzir o animal morto até a praia, ou mesmo até um dos trapiches. Anunciada a chegada do animal, o braço escravo era

---

<sup>86</sup> ELLIS, op cit, p. 113.

<sup>87</sup> SPIX e MARTIUS, op cit, p. 139.

acionado para que a baleia fosse retirada da água, sempre com a ajuda maré devido ao peso do animal.<sup>88</sup>

Um corte na diagonal feito pelo que se denominava cortador de cima da baleia, abria a baleia literalmente da cabeça à calda. Um escravo, o cortador de cima da baleia, com um afiado facão a mão, iniciava assim o esartejamento ou desmancho do cetáceo. A partir daí, escravos chacoteiros e retalhadores faziam grandes cortes quadrados para a retirada, em primeiro lugar, do toucinho para a feitura do óleo.<sup>89</sup>

Os retalhos de toucinho eram então removidos pelos escravos até o engenho de frigar baleias, onde eram separados da pele, picadas e lançadas em caldeiras para fundir. Após a retirada da camada de gordura, a carne era retirada pelos escravos. Separada dos ossos, essa carne era dividida entre os baleeiros que podiam usá-la como alimentos, ou vender para os homens livres pobres da região. Em períodos em que havia falta de carne seca, esta era também utilizada para alimentar a escravaria da armação. Apesar de pouco saborosa, esta não era desdenhada por aqueles que não possuíam outro tipo de alimento.<sup>90</sup>

As barbatanas retiradas do maxilar superior do animal também eram aproveitadas. Após serem limpas, os escravos as colocavam em tanques apropriados. Depois de secas ao sol eram enfardadas, armazenadas e exportadas para a Europa. Lá era terminado o processo de preparo, para mais tarde serem revendidas para a confecção de peças das indumentárias femininas e masculinas<sup>91</sup>.

Quando era frustrada a tentativa de retirada do animal da água, os escravos retalhavam dentro da água mesmo, em uma luta incansável. Na época de safras abundantes,

---

<sup>88</sup> ELLIS, op cit, p. 119.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>91</sup> Idem, Ibidem.

os animais cuja remoção da água era impossível eram abandonados ali mesmo, não sendo para nada aproveitados.<sup>92</sup> Supervisionando o serviço de desmancho e corte da baleia, estava um homem livre, o feitor da praia, que era subordinado a um outro homem livre: o feitor-mor. Este último também era responsável pela administração do beneficiamento do óleo da baleia.

Após retirar a baleia, seu toucinho, assim como as demais partes consideradas aproveitáveis eram retiradas, cortadas e levadas até a Casa de Frigir, ou Casa do Azeite. Era na casa de frigir ou casa de azeite que o toucinho era picado em pedaços menores e as partes conduzidas para as caldeiras e fornalhas, onde o toucinho enfim se transformava em azeite.<sup>93</sup> As funções de cortar e conduzir o toucinho eram exercidas essencialmente por escravos. No entanto em meio a essas funções estava o mestre de azeite. Função mais especializada que as demais, na armação da Lagoinha era exercida por um cativos crioulo e dois sem registro de origem, talvez por possuírem tratamento diferenciado com relação aos cativos africanos.

Preparado o azeite, este era conduzido para tanques onde seria armazenado e posteriormente distribuído. Para a venda dele, um homem branco livre, indicado pelo administrador da Armação, era encarregado.

Além das funções de beneficiamento do óleo os escravos eram empregados em tarefas de manutenção e conservação da Armação da Lagoinha.

Como pode ser visto na descrição das atividades de caça e beneficiamento do óleo, os escravos desenvolviam as mais diversas funções na caça da baleia ao sul da Ilha de Santa Catarina, desde remar em alto mar a processar o azeite na estrutura montada em terra firme.

---

<sup>92</sup> Ibidem, p. 121-124.

<sup>93</sup> Idem, Ibidem.

As principais funções identificadas no inventário que está em análise eram as de remeiro, falquejador, cortador de açougue, chacoteiro, mestre de azeite, gancheiro, cortador de cima da baleia, aprendiz de carpinteiro e pedreiro. Os escravos eram distribuídos entre essas e outras especialidades, mas o mais interessante é pensar na hierarquia existente no dividir das tarefas.

**TABELA 3:** Divisão dos trabalhadores escravos segundo ofício e origem:

OFÍCIO	AFRICANO	CRIOULO	NÃO CONSTA
Falquejador	2	-	-
Chacoteiro	4	-	-
Contra Mestre	-	-	1
Cortador de Açougue	1	-	-
Cortador de cima da baleia	1	-	-
Gancheiro	2	-	-
Mestre de Azeite	-	1	3
Pedreiro	1	-	-
Remeiro	7	-	-
Aprendiz de Carpinteiro	1	-	-
Não Consta Ofício	17	1	4

**FONTE.** Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio, Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Sant'Anna da Lagoinha . 1816-1820

Analisando a tabela da distribuição de funções segundo a origem é possível perceber uma leve preponderância dos escravos crioulos e daqueles sem origem registrada nas funções mais especializadas das listadas acima: a de mestre de azeite e contra-mestre. Mas haviam apenas 2 crioulos para 36 africanos, o que parece certo, apesar da falta de informação quanto a origem para alguns daqueles que ocupavam as funções hierarquicamente mais importantes, é que nela não haviam africanos. Mesmo com idade já avançada, não tinha alcançado destaque na hierarquia das funções.

Os trabalhadores livres desenvolviam as tarefas que geralmente necessitavam uma maior especialização ou mesmo funções em que fazia parte do trabalho coordenar ou vigiar a escravaria e os seus trabalhos. Os escravos alugados eram contratados para exercer

funções que precisassem um número maior de mão de obra e alguns períodos, como os da safra das baleias, quando um maior número se aproximava da costa e era necessário um maior número de trabalhadores não só para a pesca, mas também no processar do óleo, já que a demora poderia fazer com que o animal se estragasse, encalhado à beira da praia.<sup>94</sup>

Entre os escravos do Real Contrato havia uma hierarquia interna. Através das fontes foi possível perceber que os escravos crioulos desenvolviam tarefas diferentes daquelas desenvolvidas pelos cativos provenientes do continente africano. Enquanto os poucos crioulos trabalhavam como mestres de azeite ou contra mestre, os cativos que eram provenientes da África, sejam de que regiões fossem, eram divididos entre tarefas que exigiam maior esforço físico, e eram menos especializadas, como o serviço de remar, cortar a baleia, carpir, entre outros ofícios já citados acima.

Stuart Schwartz, com base na análise e descrição do caráter e das relações sociais da produção açucareira conseguiu perceber que “essa sociedade herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhes sistemas de graduação que se originaram da diferenciação de ocupações, raça, cor e condição social, diferenciação esta resultante da realidade vivida na América”.<sup>95</sup>

Ou seja, a multiplicidade de condições sociais e a diversidade racial fizeram com que a hierarquia, antes determinada em africanos escravos e brancos livres, ganhasse outros elementos como os crioulos ou mesmo forros, fazendo com que escravos de uma mesma fazenda possuíssem autonomias diferenciadas, seguindo não apenas as divisões de cor, raça e condição social, mas também o nível de especialização do trabalho de cada um dos cativos.

---

<sup>94</sup> ELLIS, op cit, p. 97.

<sup>95</sup> SCHWARTZ, op cit, p. 210-211.

Assim como nas fazendas açucareiras do nordeste, essa hierarquia e organização social também podia ser vista nas armações, onde a maior complexidade do trabalho criava funções mais especializadas. A hierarquia das funções, baseada no maior conhecimento e especialização por parte dos trabalhadores. Mas o fato de que gozavam de privilégios aqueles que desenvolviam atividades especializadas, tinha como consequência o interesse por parte dos trabalhadores na especialização como uma maneira de alcançar uma posição mais confortável para si, dentro da escala da divisão das tarefas.

Ao contrário do que afirma Ellis, quando que os cativos não eram enviados ao mar já que este oferecia uma ameaça à vida dos trabalhadores - a morte de um escravo significava a perda de um grande investimento - o que é possível perceber ao analisar as fontes é que os escravos desenvolviam funções em terra e mar, e pelas descrições dos escravos, alguns sem braços, outros decrepitos, eles não eram poupados dos serviços ditos perigosos. Isso pode indicar uma despreocupação com a diminuição do número de escravos, talvez devido ao poder de aquisição dos arrendatários do período até 1801 e o fácil acesso à compra de novos cativos.

O que se pode concluir é que o fim do monopólio e a administração, ou falta dela, por parte da Fazenda Real fez com que a armação estivesse desvalorizada em 1816. Mesmo assim é possível perceber também a hierarquização dos trabalhos segundo a condição social e origem dos trabalhadores. Entre os escravos essa hierarquia excedia uma simples divisão de tarefas. O que é possível supor é que na Armação, da mesma forma que acontecia nos engenhos canavieiros baianos, a hierarquia entre os escravos além de bem delimitada, funcionava como um estímulo para o trabalho, já que a possibilidade de ascensão ou até mesmo de alforria como recompensa por uma boa conduta e bons serviços, acabava atuando desta forma.

### 3. CONTROLE DOS ESCRAVOS E SUAS CONDIÇÕES MATERIAIS DE VIDA

“Aí reside o valor histórico de um plantel aparentemente único. Seus cativos, tanto quanto quaisquer outros, queriam amenizar os seus fardos, seja por negociação seja por conflito. Mas a escolha do caminho a ser seguido dependia totalmente do escravo. Não era ele o único elemento da relação, por tanto a decisão de negociar ou confrontar era gerada pela postura que ambas as partes, senhor e escravo, tomavam diante de seus interesses”.<sup>96</sup>

Conforme foi possível perceber até o momento, a administração da armação por seguidas vezes mudou de mãos. Primeiro pela alteração dos que a arrendavam, mesmo que se mantendo na maioria das vezes em mãos de membros da família Quintela; mais adiante, no início do século XIX, com o fim do monopólio o administrador seria a Fazenda Real; no ano de 1816, novamente esta passou a particulares designados pela Administração Real. Além disso, o administrador propriamente da Armação da Lagoinha constantemente também era alterado, não somente conforme as idas e vindas do monopólio mas conforme as vontades de seus arrendatários, já que estes eram quem delegavam as pessoas encarregadas desses serviços. No ano de 1816 era Antônio Luís Pereira o Administrador da Armação da Lagoinha. Já em junho de 1817 um outro administrador seria encarregado do comando da Armação: José Antônio de Carvalho, vindo do Rio de Janeiro juntamente com sua família e alguns escravos.<sup>97</sup>

Diante desta seguida mudança de referência senhorial surge a questão acerca de como a ordem do trabalho e o controle dos cativos eram exercidos e de que forma essa constante mudança alterou, ou não, o funcionamento da unidade produtiva, no caso a armação. Esse é o objetivo deste capítulo: perceber o funcionamento da unidade produtiva

---

<sup>96</sup> ENGEMANN, Carlos. Os servos de santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ. (1791-1821), 2002. Dissertação de Mestrado em História, UFF, Niterói, p. ii.

<sup>97</sup> ELLIS, op cit, p. 93 - 110.

escravista em questão, o controle da escravaria e as formas de negociação e até mesmo de punição dos escravos que ali trabalhavam, através do estudo dos seus cotidianos na armação.

Conforme escreveram observadores estrangeiros como Johan Nieuhoff, que visitou o Brasil no século XVII, os escravos eram vítimas da brutalidade do regime escravista e que estes viviam mal alimentados, mal abrigados e mal vestidos. Além destes, clérigos portugueses também chegaram a relatar os horrores do sistema escravista, no entanto ambos compartilhavam com os ideais dos senhores, os quais acreditavam que a única maneira de disciplinar os africanos seria através do castigo e do trabalho, superando assim as superstições, indolência e maus modos por eles trazidos.<sup>98</sup>

No entanto, trabalhos recentes vêm mostrando que a relação entre senhores e escravos não era estabelecida apenas através dos castigos físicos. Contrariando as afirmativas de autores como Jacob Gorender, não era apenas nos momentos de conflito em que escravos tornavam-se agentes ativos e com poder de negociar com o seu senhor. Conforme escreve Engemann, a escravidão acabava por firmar um conjunto de relações estabelecidas, onde as ações de cada parte geram e são simultaneamente geradas pelo contexto social vivido.<sup>99</sup> As relações entre o senhor e a sua escravaria eram estabelecidas principalmente nas relações cotidianas, assim como nas reações às necessidades dos escravos, por parte do senhor, e aos desmandos e concessões senhoriais, por parte da escravaria.

A violência do senhor, descrita pelos observadores e clérigos portugueses, convivia assim com outros mecanismos compensatórios que serviam para aliviar a tensão e

---

<sup>98</sup> SCHWARTZ, op cit, p. 122.

<sup>99</sup> ENGEMANN, Carlos. De grande escravaria à comunidade escrava. *Revista Estudos de História*, Franca, v. 9, n. 2, 2002, p. 78.



a pressão exercida pelo cativo. Porém estas não poderiam ser percebidas por pessoas que estivessem apenas de passagem pelas propriedades, já que era no dia a dia que esse sistema de negociações, misturados as punições, se desenrolavam. Para Engemann, “nesse sentido, a circulação de bens financeiros ou simbólicos poderia se constituir num dos meios para tornar a vida cativa minimamente suportável”.<sup>100</sup> A circulação de bens gerava então o sentimento de esperança de ambas as partes. No âmbito senhorial, a esperança da ausência de fugas e rebeliões; para os escravos a esperança de um dia poder acumular bens suficientes para alterar sua condição jurídica e ascender socialmente para além da escravidão.

Porém nem sempre se pensou assim. Após a visão racista de Nina Rodrigues<sup>101</sup>, na virada do século XIX para o século XX, Gilberto Freyre<sup>102</sup> analisou a escravidão brasileira como branda, onde o senhor seria uma figura paternal para os escravos que em suas propriedades trabalhavam. Nas décadas de 50 e 60, a Escola Paulista de Sociologia, com destaque para autores como Fernando Henrique Cardoso<sup>103</sup>, surge uma nova crítica aos modelos de análise do cotidiano dos cativos, anteriormente proposto por Gilberto Freyre. Tentando desmontar a teoria benevolente da escravidão africana no Brasil, estes autores se esforçam por demonstrar a violência do sistema, através de estudos sobre a resistência escrava em forma de fugas e formações de quilombos. Como se pode perceber, nenhum destes autores se dedicou ao estudo das relações cotidianas, estabelecidas entre senhores e escravos.

---

<sup>100</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>101</sup> RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

<sup>102</sup> FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1933.

<sup>103</sup> CARDOSO, op cit.

Após alguns anos, já nas décadas de 80 e 90 novas interpretações surgem. Há uma volta aos arquivos a fim de buscar novas interpretações para o funcionamento do sistema, dando uma maior autonomia aos cativos, desmontando interpretações do funcionamento do sistema escravista proposto pelos autores das décadas anteriores. É nesse contexto que autores como Stuart Schwartz, Robert Slenes e Hebe Mattos, entre outros, procuraram demonstrar as relações cotidianas do sistema, descobrindo que além dos incentivos negativos, caracterizados pelos castigos físicos, havia também incentivos positivos nas relações entre eles, demonstradas através de concessões como a chance de cultivar suas próprias roças, constituir família ou até mesmo, em última instância a chance de uma ascensão na hierarquia da propriedade, baseada na especialização do trabalho, ou mesmo a chance de se tornar um liberto.<sup>104</sup>

É seguindo os rumos desta historiografia mais recente, que este capítulo irá tentar compreender as formas de negociação e de como os administradores da armação conseguiam estabelecer o controle sobre os cativos e a manutenção da unidade produtiva em questão.

As armações baleeiras não eram as únicas propriedades que por um período estiveram nas mãos da administração da Fazenda Real e dos administradores por eles delegados. A Fazenda Santa Cruz era administrada por padres jesuítas, mas no ano de 1759 a Fazenda recebeu novos administradores, já que neste ano, por ordem do português Marquês Pombal, os jesuítas foram expulsos dos territórios portugueses. Seus bens foram então entregues à administração da Fazenda Real.

---

<sup>104</sup> SCHWARTZ, op cit. SLENES, op cit. MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

A Fazenda de Santa Cruz, que havia sido construída pelos jesuítas e conduzida pelos padres inacianos com suposta organização e controle, com a expulsão destes padres passou ao poder um tanto desleixado de representantes do estado, que mesmo distantes necessitavam manter o controle dos cativos e a organização do trabalho.

Apesar de ambas as unidades produtivas terem passado pela administração de particulares e de administradores funcionários da Coroa portuguesa, o que se pode perceber é que algumas práticas eram diferenciadas. Enquanto os jesuítas estiveram em Santa Cruz, oferecia-se aos cativos o recebimento de lotes de terras e cabeças de gado em troca de disciplina e moral por parte dos escravos. E durante a administração estatal, essa dinâmica não se tornou muito diferente.<sup>105</sup> Não foi possível constatar o mesmo na Armação, no entanto é na alimentação, moradia e oportunidade de formar família que irei tentar perceber essas formas de negociação e entendimento entre senhores e escravos.

### **3.1 A ração dos cativos**

Stuart Schwartz avalia que “foi, provavelmente, no aspecto da alimentação que a relação entre as condições físicas dos cativos e a operação do sistema escravista por meio de incentivos mais se evidenciou”.<sup>106</sup> Depois de seguidas afirmativas de que os escravos passavam fome, em 1606 a Coroa ordenou que os senhores dessem comida suficiente para seus cativos, ou mesmo cedessem um dia da semana para que estes cultivassem alimentos e pudessem prover seu próprio sustento.

---

<sup>105</sup> ENGEMANN, op cit, p. ii.

<sup>106</sup> SCHWARTZ, op cit, p. 126.

A alimentação de livres e escravos era diferenciada. Enquanto o administrador recebia além de seu pagamento, uma remuneração diária para seus gastos com alimentação como pode ser visto acima, os demais trabalhadores livres remunerados precisavam tirar de seu *soldo* ou *jornal* o seu sustento. Nos engenhos de açúcar um, de três métodos, era utilizado para manter os cativos. A primeira forma era aquela em que os escravos dependiam quase que exclusivamente da ração fornecida pelos senhores; na segunda o senhor cedia um pedaço de terra e os escravos precisavam utilizar os domingos e o tempo livre para cultivar o seu alimento. Como terceira alternativa, os senhores utilizavam um misto destas duas estratégias.<sup>107</sup>

Na Armação, em 1816, era o administrador, ou arrendatário, o responsável pelo alimento da escravaria que era a mesma dos grandes centros açucareiros: charque e farinha de mandioca. Isso é possível perceber através da lista de compras feitas pelo administrador em fins de 1816 e início de 1817. Além dos dois itens que eram a base da alimentação dos escravos, através desta lista é possível perceber a compra do sal em grandes quantidades. Este servia para salgar o peixe, pois em períodos de escassez de carne seca servia como alternativa para a alimentação. Servia também como pagamento do cirurgião, como se pôde ver em 05 de dezembro de 1816:

“Conta das despesas da Armação da Lagoinha, pela importância de meio alqueire de sal que se devia ao cirurgião desde o primeiro de junho, conferido ao capitão 1\$680;”<sup>108</sup>

Devido às compras serem listadas apenas nas quantidades entregues a Armação, não fornecendo o tamanho da cota que era destinada a cada escravo, não é possível precisar quando de farinha, carne seca e fumo cada um dos cativos recebia. Também é possível que

---

<sup>107</sup> Ibidem, p. 127; BARICKMAN, B. J, op cit.

<sup>108</sup> Arquivo Nacional (RJ). Caixa 360. Documentos relativos à Real Pesca da Baleia.

essa cota variasse. Além disso, não consta nos documentos se os escravos recebiam a comida pronta, ou recebiam os produtos para cozinhareem conforme a vontade de cada um. No entanto se pensarmos no pequeno número de escravos listados para a Armação, é difícil que o administrador tenha aceitado desviar seus escravos para preparar seus alimentos, principalmente nos períodos de maior intensidade da pesca. É possível que alguma mulher livre desempenhasse tal tarefa. No entanto isso são apenas hipóteses.

Os doentes possuíam uma alimentação diferenciada. No lugar da carne seca, recebiam galinhas e carne verde como alimento durante o tratamento. Nessa ocasião provavam o leite e o açúcar branco. Além disso, recebiam fumo como recompensa e aguardente como remédio. Em 30 de novembro de 1816 comprou-se:

Pela importância de 7 galinhas que se gastarão no hospital no corrente mês – 1\$940  
Pela importância de uma medida de aguardente para o hospital - \$360<sup>109</sup>

Segundo Schwartz, a alimentação também era uma forma de negociação entre o senhor e seus escravos. As cotas de fumo e cachaça eram distribuídas como uma forma de premiação por bom comportamento, ou bom rendimento do trabalho exercido pelos cativos. Essa era uma maneira agradar a escravaria a fim de evitar fugas ou rebeliões, e de extrair sempre o máximo do trabalho dos negros.<sup>110</sup> Analisando as notas de compras de fumo e cachaça para armação é possível perceber a constante compra destes itens por parte da administração da armação. No que se tratava da alimentação dos cativos, podemos perceber em 1816 uma compra feita no Rio de Janeiro e que faz menção a alguns itens:

<sup>109</sup> Arquivo Nacional (RJ). Caixa 378, pacote 2. Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias.

<sup>110</sup> SCHWARTZ, op cit, p. 140–142.

Novembro 30, pela importância de 18 tarefas de fumo para ração dos escravos visto não haver na armação – 1\$080  
Idem de 20 arrobas de charque ord. A 1:400 – 28\$000<sup>111</sup>

Há também, em 1817, uma correspondência entre Jacinto Jorge dos Anjos, Administração da Piedade, e o Administrador Geral, que residia no Rio de Janeiro, detalhando um envio de sal da dita Piedade com destino a armação da Lagoinha, conforme escreveu ele:

“(...) Serão remetidos à Lagoinha 40 alqueires de Sal que V. Sra. Manda para naquella armação de fazer a salga do peixe com que se ajude a sustentar a escravaria della, o que estimarei que se consiga. He certo que o excessivo preço em que agora o charque esta faz tremer a quem tem tanta escravatura que sustentar porem nenhum outro alimento he tão capaz de sustentar as forças de um hum escravo que todo dia esta com hum maxado na mão a cortar lenha ou coberto de suar em carregala senão a Carne Seca e por isso he melhor alimento que se pode dae a escravatura; e que me parece bem mais acertado he que quando houverem no Rio Grande as novas charqueadas mande V. Sra. Comprar huma porção de carne para remeter a esta donde se forneção as mais armações porque escuzase de dar aos negociantes o lucro que recebem no que se lhe compra (...)”<sup>112</sup>

Através desta correspondência é possível perceber que a armação da Piedade, além de ser a maior das armações do litoral Meridional também era responsável pela redistribuição dos alimentos e demais itens, enviados pelo administrador-geral da pesca da baleia.

Os alimentos para os escravos eram comprados, mas também produzidos na própria armação. A estrutura da Lagoinha contava com um engenho de farinha e um de cana de açúcar, onde provavelmente os escravos trabalhavam em horários pré-estabelecidos

<sup>111</sup> Arquivo Nacional (RJ). Caixa 378, pacote 2. Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias.

<sup>112</sup> Arquivo Nacional (RJ). Caixa 360. Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias.

pelo administrador. É bem possível que a armação fosse auto-suficiente nestes dois produtos durante a vigência do monopólio, onde particulares eram os administradores. No entanto, as compras listadas acima datam de 1816/1817, quando segundo o inventário estes engenhos já estavam desativados. Nesse momento, apenas duas roças ainda eram expressivas. Uma de 430 laranjeiras e uma outra que contava com cerca de 80 pés de café<sup>113</sup>. Pela quantidade expressiva de pés de laranjeiras é bem provável que essa fosse comercializada, além de ser consumida pelos trabalhadores da Armação. No entanto não há indícios de que os cativos pudessem cultivar suas próprias roças.

### 3.2 Habitação e Vestuário dos escravos

“O modo como os confortos de habitação e vestuário podiam ser usados como incentivos foi evidenciado por Henry Koster, que informou haver um senhor de engenho comprando escravos indóceis a um preço abaixo do mercado e os transformado em trabalhadores produtivos. Seu método foi mostrar-lhes os instrumentos de castigo, ameaçando-os, e então lhes fornecendo uma cabana, roupas e artigos para seu conforto ‘tudo muito limpo e arrumado, e em quantidade maior que o normalmente concedidos a escravos de outras propriedades’”<sup>114</sup>.

A vestimenta fornecida aos cativos era exígua. Os jalecos, camisas, ceroulas, saias e mantas de algodão e lenços vinham em parte da Metrópole, parte confeccionada no Rio de Janeiro com material importado do Reino e despachados conjuntamente para as Armações conforme a demanda.<sup>115</sup> Também é possível que viessem do Oriente, chegassem ao Rio de Janeiro e fosse distribuída pelo administrador-geral às armações. Analisando as

---

<sup>113</sup> Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio, Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Sant’Anna da Lagoinha

<sup>114</sup> SCHWARTZ, op cit, p. 126.

<sup>115</sup> ELLIS, op cit, p. 85.

fontes, o único registro de envio de tecidos para os cativos, encontrado no intervalo de aproximadamente dois anos, aconteceu no início do ano de 1817 e consistiu em um lote de mantas, e o denominado pano de serra, um tecido grosseiro feito de um fio cru que era muito semelhante aos sacos utilizados para armazenar farinha e outros gêneros.<sup>116</sup> Além disso, consta um registro de compra de tecido para capas:

Novembro 30, Idem de uma braça de tafetá branco, por não haver capas desta cor - \$800<sup>117</sup>

Para a moradia dos escravos, e também feitores da armação, existiam duas senzalas: uma na Lagoinha e outra na Ilha do Campeche. A primeira, maior, era um prolongo de casas e dividida em treze casas para feitores e escravos, feitas de pau a pique, pedra e cal. A segunda senzala, localizada na Ilha do Campeche e de estrutura menor consistia em uma casa com trinta e quatro palmos de frente e trinta de fundo, formada sobre pilares com paredes de pau a pique.

A senzala localizada propriamente na Armação da Lagoinha era uma construção única, dividida em pequenas casinhas semelhantes a quartos, onde dormiam não apenas os cativos, como também os feitores que por eles eram responsáveis. Já na senzala localizada na Ilha do Campeche, dormiam os cativos responsáveis pelo trabalho no armazenamento de azeite lá concentrado, onde não apenas o azeite produzido na Lagoinha era armazenado, como também o azeite vindo de outras armações próximas, como a da Piedade. Aliás, antes da fundação da Armação da Lagoinha, a Ilha do Campeche já servia como ponto de armazenamento deste azeite.<sup>118</sup>

---

<sup>116</sup> Arquivo Nacional (RJ). Caixa 378, pacote 2. Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias.

<sup>117</sup> Idem, Ibidem.

<sup>118</sup> ELLIS, op cit, p. 59.



Robert Slenes escreve sobre as senzalas do Sudeste, com as quais podemos estabelecer algumas comparações. Para a região Sudeste, o autor conseguiu identificar a presença de variados tipos de moradias escravas. Muitos viviam em senzalas coletivas, no entanto na região estudada era comum permitir que escravos casados construíssem uma casa separada do resto da escravaria, onde poderiam viver junto de suas famílias e preservar os costumes trazidos da África. Era-lhes possível, inclusive, ter acesso a um pedaço de terra para plantar alimentos de sua escolha, cujos frutos seriam de sua propriedade. As casas eram pequenas e baixas, na maioria das vezes sem janelas e, dentro delas, um fogo sempre aceso demonstrava a manutenção de um antigo costume trago da África, como uma forma de culto aos antepassados.<sup>119</sup>

Comparando as duas situações, o que podemos constatar é que na Armação as senzalas eram coletivas; da mesma maneira viviam os cativos solteiros do Sudeste, estas eram repartidas em casinhas, o que oferecia uma certa particularidade, mesmo que os costumes demonstrados na ausência de janelas, não pudessem ser mantidos já que a construção havia sido feita conforme ordem dos administradores. No entanto isso não significa que outros costumes, trazidos da África, não pudessem ter sido mantidos entre os cativos. Já a senzala localizada na Ilha do Campeche era propriamente uma senzala coletiva, sem divisões, até porque o seu tamanho era reduzido.

### **3.3 Revitalização da Armação: A chegada de novos cativos**

Com o retorno do monopólio da caça da baleia em 1816, e a volta da administração da armação para as mãos de particulares, se inicia um processo de

---

<sup>119</sup> SLENES, op cit.

revitalização da estrutura, de renovação da mão de obra escrava, que já estava em idade avançada demais para a plena execução do trabalho, de contratação de novos trabalhadores livres.

Dessa forma, após o levantamento da situação em que a Armação da Lagoinha se encontrava através do inventário finalizado em novembro de 1816, dezoito novos escravos foram comprados pelo administrador no Rio de Janeiro. Analisando os registros de batismos do Ribeirão da Ilha foi possível perceber o registro destes novos escravos, recém chegados, assim como acompanhar o nascimento dos novos cativos nos anos seguintes. Entre este grupo de escravos boçais comprados no Rio de Janeiro, estavam dezesseis homens e apenas duas mulheres, mantendo a preferência por cativos do sexo masculino para a execução dos trabalhos na armação.

**TABELA 4:** Lista de escravos comprados em 1817

DATA ASS	NOME BAT	SEXO	PROCED	ORIGEM	PROPRIETÁRIO
15/11/1817	Manoel	M	A	Congo	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Antonio	M	A	Congo	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Luiz	M	A	Congo	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Francisco	M	A	Congo	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Antonio	M	A	Congo	Armação da Lagoinha
15/11/1817	João	M	A	Congo	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Lorenzo	M	A	Congo	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Felisberto	M	A	Cabinda	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Domingos	M	A	Congo	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Manoel	M	A	Cabinda	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Antonio	M	A	Cabinda	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Matheus	M	A	Cabinda	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Pedro	M	A	Cabinda	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Joaquim	M	A	Cabinda	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Vícenti	M	A	Moçambique	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Simon	M	A	Moçambique	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Catharina	F	A	Congo	Armação da Lagoinha
15/11/1817	Luiza	F	A	Cabinda	Armação da Lagoinha

**FONTE:** Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livro de Batismos da freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha. Livro 1 (1807-1825).

Os escravos eram todos vindos da África, a grande maioria destes, cerca de 88,9%, vindos da região do Centro Oeste Africano (nove do Congo e sete de Cabinda); os outros 11,1% era formado por escravos vindos de Moçambique, ou seja, da África Oriental. Diferente dos escravos que antes habitavam a Armação, a origem destes novos cativos em muito se parece com os demais cativos da freguesia do Ribeirão e mesmo de Desterro. Este grupo de cativos havia sido comprado no Rio de Janeiro, recém chegados da África e depois despachados para a Armação.<sup>120</sup>

A maior parte dos escravos que chegavam ao Rio de Janeiro eram destinados a compradores do interior e às pequenas cidades litorâneas do Sul e Sudeste brasileiro, seja por via marítima ou terrestre. Os escravos eram vendidos à vista ou em duas vezes, sendo que neste caso era necessário que o comprador tivesse ao menos um outro cativo que pudesse servir como garantia no caso do não pagamento da dívida.<sup>121</sup>

Além dos escravos vindos para a Armação através do tráfico, é possível verificar nos registros de batismo da freguesia do Ribeirão o nascimento de crioulos na estrutura do contrato da armação. Nos registros consultados entre os anos de 1807 a 1854 (com um intervalo entre os anos de 1841 e 1846 em que os registros encontram-se queimados, sem condições de leitura) foi possível identificar 16 nascimentos de 1818 a 1839.

Entre as dezesseis crianças registradas, onze crianças eram do sexo masculino e apenas cinco destas eram do sexo feminino. Todas as crianças registradas eram legítimas,

---

<sup>120</sup> Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livro de Batismos da freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha. Livro 1 (1807-1825); Livro 2 (1825-1841).

<sup>121</sup> FLORENTINO, Manolo. Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 139.

ou seja, o pai e a mãe eram casados, também pertencentes ao contrato da armação. A exceção é o nascimento de Francisco, em maio de 1839, filho natural e de mãe crioula, Vinicena, escrava do contrato da armação. Além disto, este também é o último registro de batismo de escravos realizado em nome do contrato da Armação da Lagoinha, ao menos até o ano de 1854. É provável que esta escrava Vinicena tenha sido comprada já adulta e batizada, ou mesmo trazida de alguma outra armação, já que não há seu registro de nascimento, mesmo sendo esta crioula e escrava da armação da Lagoinha.

### **3.4 Parentesco e a constituição de famílias escravas**

Parentesco, além de uma relação consanguínea, significa uma identificação profunda entre os indivíduos. Sendo assim em uma sociedade escravista,

“aparentar-se seria, antes do mais, a obtenção de aliados de tal feita que o parente está diametralmente oposto ao estrangeiro. Deriva daí uma necessidade – branda ou urgente – conforme a situação vivida, de articular o maior número possível de parentes. Os meios para isso são basicamente a consaguinidade e a consecução de cônjuges”.<sup>122</sup>

A união em torno da estrutura familiar teria vários significados tanto para estes escravos, como para os senhores que consentiam com essa união.

Robert Slenes em sua pesquisa acerca da família escrava em fazendas do Sudeste conclui que a família cativa dessa região não satisfazia nem aos senhores nem aos escravos. Isso porque da mesma maneira que os cativos esbarravam a todo o momento contra os limites e perigos criados pela arrogância e prepotência de seus donos, os senhores, para

---

<sup>122</sup> ENGEMANN, op cit, p. 85.

garantir sua segurança e a de seus empreendimentos, tiveram que abdicar parcialmente de seu poder de dispor livremente de seus escravos. Sobretudo, tiveram que abrir mão do cultivo da estranheza dos cativos, dado principalmente pela constante vinda de escravos provindos dos mais diversos locais da África e separados de suas famílias e comunidades de origem, para investir em estratégias de controle, como o incentivo à formação de famílias entre estes africanos<sup>123</sup>. Sendo assim,

“a família cativa – nuclear, extensa, intergeracional – contribuiu decisivamente para a criação de uma ‘comunidade’ escrava, dividida até certo ponto pela política de incentivos dos senhores, que instaurava a competição por recursos limitados, mas ainda assim unida em torno de experiências, valores e memórias compartilhadas. Nesse sentido, a família minava constantemente a hegemonia dos senhores, criando condições para a subversão e a rebelião, por mais que parecesse reforçar seu domínio na rotina cotidiana”.<sup>124</sup>

Já para Florentino e Góes as relações parentais introduziram a paz nas senzalas, criando uma sociabilidade entre pessoas de procedências diversas, os retirando do estado de guerra e dando-lhes um motivo para tentar seguir a vida adiante, sem arriscar confrontos com a casa grande. De fato a formação de laços parentais aumentava a vulnerabilidade dos escravos. No entanto estes não estavam impedidos de juntos criar uma comunidade de interesses e sentimentos, e acabar por se transformar em um perigo para os senhores. Ao contrário, eles poderiam se identificar e resolver juntos lutar por um objetivo em comum, a liberdade.<sup>125</sup>

Na Armação da Lagoinha é somente no período posterior à chegada de novos escravos, no ano de 1817, que é possível perceber a formação e presença de famílias. Nesse

---

<sup>123</sup> SLENES, op cit, p. 48.

<sup>124</sup> Idem, Ibidem.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 50.

período posterior é possível reconstituir as famílias que se formam, principalmente pelas crianças estarem sendo registradas com pai e mãe, ambos da Armação.

Por exemplo, Luiza e José, chegados na armação na última compra feita em 1817, ambos ditos de nação Cabinda, tiveram três filhos registrados entre 1818 e 1839: José (outubro de 1820); Jacinta (dezembro de 1823); e Thomaz (outubro de 1825). No entanto não é possível saber se eles já eram cônjuges na África, ou se a união aconteceu durante o período de convivência na armação, o que é mais provável. O fato é que os três filhos foram registrados como sendo legítimos.

Outro caso é o de Catarina e Francisco, ambos ditos do Congo e que haviam chegado à Armação em 1817. Estes tiveram dois filhos nesse período: Jacinto (1822) e Luiza (1824). Nesse caso também a união deveria ser estável, já que ambas as crianças foram registradas como filhos legítimos do casal. A união destes casais e a legitimidade das crianças apontam para o consentimento, por parte do administrador, no que se refere às uniões entre escravos ou até mesmo o incentivo para que estas ocorressem.

O que se pode perceber analisando os registros de batismo desse momento, é que cinco diferentes mulheres tiveram filhos do Contrato da Armação da Lagoinha, sendo Luiza e Maria de origem Cabinda, Catarina e Joaquina de origem Congo e apenas Vinicena, de origem Crioula. No entanto, nos registros de batismos de 1817 apenas duas mulheres, Luiza Cabinda e Catarina Congo, são registradas. Isso pode ser interpretado de várias maneiras. Primeiro, que as outras duas africanas tenham sido resultado do tráfico interno e por isso já haviam sido batizadas anteriormente em outra localidade, ou mesmo que elas houvessem vindo de outra das armações do contrato.

O que é fato é que estas cativas casaram-se e tiveram filhos com escravos também recém chegados à armação, muitos deles comprados juntamente com elas,

contradizendo o que encontraram Florentino e Góes para as fazendas do Sudeste. Lá as escravas mulheres acabavam casando com os escravos mais velhos e que há tempo já estavam trabalhando na unidade de produção em questão.<sup>126</sup>

Na verdade, o que acontecia na Armação, assim como em outras propriedades estatais como a Fazenda Santa Cruz, era que o senhor era uma figura distante. Isso acabava por produzir relações menos destemperadas e uma maior mobilidade social para os escravos que ali trabalhavam.<sup>127</sup>

Autorizar o cultivo da própria alimentação, a possibilidade de constituição de família, de junto habitar uma cabana separada dos escravos solteiros, eram algumas das formas de pacificar as relações entre o senhor e seus cativos, evitando o confronto entre ambos ou tentativa de rompimento com o sistema, seja através de revoltas ou mesmo com as fugas. Por outro lado eram esses aspectos que demonstravam as relações de negociação estabelecidas entre ambas as partes, confirmando a teoria dessa historiografia mais recente que afirma a voz ativa dos escravos em todos os momentos de seu cotidiano, e não apenas nos momentos em que buscava romper definitivamente com o sistema em que estava inserido.<sup>128</sup>

Conforme escreve Schwartz, “na operação dos engenhos brasileiros e no sistema escravista como um todo no Brasil, os incentivos positivos tornaram-se uma técnica comum para obter-se dos cativos ao menos uma cooperação temporária”.<sup>129</sup> Esses incentivos, como vimos acima, podiam assumir formas diversas. A distribuição de cachaça como forma de recompensa por bons serviços ou mesmo uma cota extra de ração de comida ou fumo

---

<sup>126</sup> FLORENTINO, Manolo, e José Roberto GÓES. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997.

<sup>127</sup> ENGEMANN, op cit, p. 03.

<sup>128</sup> SCHWARTZ, op cit.

<sup>129</sup> SCHWARTZ, op cit, p. 139-140.

parecem ter sido comuns na Armação, assim como observadores estrangeiros como Antonil já haviam verificado para os engenhos baianos.<sup>130</sup>

O uso de cativos em funções especializadas, como a função de mestre de azeite, criava uma imagem de mobilidade social, mesmo que essa tarefa estivesse quase sempre em mãos de cativos crioulos, e não dos que haviam chegado do continente africano.

Após a análise feita neste capítulo acerca das questões que envolviam o cotidiano dos escravos da Armação da Lagoinha como a alimentação, moradia, e mesmo a chance de constituir família, concordo com Stuart Schwartz quando este escreve que “a escravidão na grande lavoura brasileira não foi um ‘modelo’, e sim um sistema adaptável e flexível de organização do trabalho”.<sup>131</sup>

Ainda segundo o autor, os senhores de engenho, ou neste caso os administradores da armação da caça da baleia e produção do azeite,

“não eram obtusos nem retrógrados e sabiam muito bem que o misto de incentivos positivos e negativos podia ser usado para atingir seus objetivos. A combinação desses elementos podia variar conforme a personalidade do proprietário, as demandas de mão de obra específica, os costumes da região ou as condições do mercado, mas o objetivo de extrair uma quantidade ótima de trabalho dos cativos geralmente resultava em uma mistura dos dois elementos”.<sup>132</sup>

No que tange o relacionamento entre senhor e escravo o que se percebe é que ambos procuraram realizar seus interesses como melhor puderam. Assim como a Fazenda de Santa Cruz, é possível que também na armação da Lagoinha a época dos particulares (período de sua fundação até 1801) tenha sido um momento de maior rigidez na administração, sendo afrouxado assim que a Fazenda Real toma a administração. O fato, é

---

<sup>130</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 141-142.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 168.



que pelo valor da depreciação ocorrida nos anos em que a Fazenda Real esteve no comando dos negócios, esta parece ter pouco se preocupado, ou mesmo desviado parte da mão de obra e dos materiais da armação da Lagoinha.

Mesmo com a tentativa de rejuvenescimento destas armações, iniciado em 1816, estas não venceram a concorrência com os norte americanos e a inevitável decadência. Com a rescisão do contrato em 1825, cada armação teve um destino diferente. A armação da Lagoinha, assim como a da Piedade, foram destinadas ao serviço da Nação. Em fins de 1831, a armação da Lagoinha foi então arrematada por Veríssimo Mendes Viana e sócios. Neste momento, além da depreciação dos bens, falta de utensílios e destruição de quase 7.000 pés de café, ainda lhe faltavam nesse momento 175 braças do terreno.<sup>133</sup>

---

<sup>133</sup> ELLIS, op cit, p. 196.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Armação da Lagoinha foi uma estrutura fundada por particulares em 1772 e que serviu não só para produzir óleo de baleia, bem indispensável mas que, com outras armações também inseriu Santa Catarina no mercado atlântico e que arregimentou grande número de trabalhadores livres e escravos durante o período de seu auge.

A divisão do trabalho e as formas de hierarquização dos trabalhadores na armação, o controle e a condição material de vida dos escravos foi o tema central deste trabalho. Através dele, foi possível concluir que nos períodos em que a armação esteve nas mãos da administração de particulares, o trabalho era realizado por poucos trabalhadores livres e grande número de escravos, pertencentes ao Real Contrato da Armação e que perfaziam a maior parte da mão de obra disponível.

Responsáveis pelas mais variadas atividades, livres e escravos acumulavam funções em terra e no mar, sendo submetidos a uma hierarquia onde trabalhadores brancos desempenhavam as funções de maior autoridade e especialização, enquanto os cativos trabalhavam como remeiros, falquejadores ou cortadores de cima da baleia, funções estas consideradas menos especializadas e que fazia com que os cativos dispensassem uma maior força física.

Como em outras partes do país, a moradia destes era a senzala. A alimentação dos cativos constituía-se basicamente de farinha de mandioca e carne seca (charque) ou peixe fresco e salgado, na falta de carne. Recebiam também rações de fumo e porções de aguardente, ocasionalmente. Por considerarem o trabalho pesado e difícil, os homens eram preferidos no ato da compra. Os responsáveis pelas armações não impediam os casamentos

e amancebamentos das escravas com escravos e feitores.<sup>134</sup> Isso pode ser percebido principalmente no período posterior a 1816 quando através dos batismos foi possível recuperar algumas destas famílias.

Como outras tantas unidades produtivas do período, esta sofreu flutuações. Nos seus primeiros anos de funcionamento, mesmo menor do que a Armação da Piedade situada no continente e mais ao Norte da Ilha de Santa Catarina, a Lagoinha possuía uma estrutura independente onde não faltava coisa alguma, sendo apenas menor que a primeira.

Mas não foi sempre assim. Em 1801, no momento em que a Fazenda Real assumiu, houve um declínio na estrutura e a falta de cuidados e atenção fez com que esta, em 1816 não fosse mais uma unidade independente. Pelo número de escravos e o estado com que se encontravam, assim como as condições dos materiais utilizados na pesca, imaginava-se que daquela forma não era possível fazer da Armação um negócio lucrativo. No entanto, há uma reviravolta e os particulares retornam a investir na Armação. Isso até por volta de 1825, quando o azeite de baleia e a escassez do cetáceo tornam a produção desinteressante.

Assunto pouco explorado pela historiografia, este trabalho abordou apenas alguns dos temas relevantes acerca da economia da Ilha de Santa Catarina e dos escravos que ali trabalhavam. No entanto, estes temas ainda precisam ser retomados, com outras abordagens e enfocando não apenas esta, como as demais armações baleeiras do litoral catarinense, visto que há ainda pouco material produzido.

---

<sup>134</sup> ELLIS, op cit, p. 97-98.

## **FONTES**

### **ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO DE SANTA CATARINA**

Registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha

Livro 01 – 1807-1825

Livro 02 – 1825-1841

Livro 03 – 1846-1854

### **CARTÓRIO NIZAN – 1º. TABELIONATO DO RIBEIRÃO DA ILHA**

Livro de Matrícula da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha – 1843

### **ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**

Contratadores da pesca da baleia. Real Junta do Comércio. Administração da pesca da baleia. Caixa 378, Pacote 2.

Contratos da pesca das baleias. Códice 445, Volume 17.

Descrição da Ilha de Santa Catarina e Terra Firme. Códice 798, Folha 4 a 6v.

Real Junta do Comércio. Administração da pesca da baleia. Caixa 360, Pacote 3.

Junta do Comércio Agriculturas, Fábricas e Navegação do Império do Brasil. Caixa 378, Pacote 2.

Vice Reinado. Real Fazenda. Caixa 750, Pacote 1.

### **ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO**

Arquivos avulsos Manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717-1827.

### **SETOR DE OBRAS RARAS UFSC**

Enciclopédia do Almirante Carneiro, vol. 23.

## REFERÊNCIAS

- BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro: Memória. Florianópolis: Ed. do Autor, 1972.
- CAMPOS, Fábio Israel Vieira de. A mão-de-obra utilizada para a caça da baleia no litoral catarinense - Armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade, 1746-1836. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. São Paulo: Difel, 1962.
- CARDOSO, Fernando Henrique, e Octávio IANNI. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo: Nacional, 1960.
- COMERLATO, Fabiana. O Declínio da Pesca da Baleia nas Armações Catarinenses. Fronteiras. Revista Catarinense de História. Florianópolis: , v.10, p.65 - 73, 2004.
- COMERLATO, Fabiana. Análise Espacial das Armações Catarinenses e suas Estruturas Remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica In: IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, 2000, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. Avaliação Arqueológica do Sítio Ruínas da Armação da Piedade. Empreendimento Recanto das Marés, Município de Governador Celso Ramos, 1999.
- COUTINHO, Ana Lúcia. São Miguel da Terra Firme: 250 anos (1747-1997). Florianópolis: EDEME, 1997.
- ELLIS, Myriam. A baleia no Brasil colonial. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- ENGEMANN, Carlos. De grande escravaria à comunidade escrava. Revista Estudos de História. Franca, v. 9, n. 2, p. 75-96, 2002.
- \_\_\_\_\_. Os servos de santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ. (1791-1821), 2002. Dissertação de Mestrado em História, UFF, Niterói.
- FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difel, 1972.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888. 1ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

- FLORENTINO, Manolo. Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORENTINO, Manolo, e José Roberto GÓES. A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, João Luís. “Economia Brasileira no Século XIX: Mais do que uma Plantation Escravista-Exportadora.” In: LINHARES, Maria Yedda (ed.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 145-196.
- FRAGOSO, João L. R., e Manolo FLORENTINO. O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. 20 ed. RJ/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980 [1933].
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Ed. Nacional. São Paulo, 1982.
- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo. Ática. 1980.
- HÜBENER, Laura Machado. O Comércio da Cidade do Desterro no Século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.
- KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História da agricultura brasileira: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LUNA, Francisco Vidal e COSTA Iraci Del Nero da. “Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX”. In: Estudos Econômicos. XIII n.1, 1983.
- LUZ, Sérgio Ribeiro da. Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930. Dissertação de Mestrado em História. UFSC, 1994.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1888). PPGHST/UFSC, 2006.
- NEU, Márcia Fernandes Rosa. Porto de Imbituba-SC: de armação baleeira a porto carbonífero (da gênese à crise). Dissertação de Mestrado em Geografia. UFSC, 1999.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777/1808). São Paulo; Hucitec, 1985.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. A pesca da baleia em Santa Catarina e São Paulo no período colonial: alguns traços da sua história. Anais eletrônicos da XXII Semana de História - "O Golpe Militar e os dilemas do Brasil Contemporâneo". UNESP/Assis. Assis, 19 a 22 de outubro de 2004.

PELUSO JR, Victor. "Freguesia e Distrito de Paz de São Miguel" Anuário Catarinense. Florianópolis, 1952

PENNA, Clemente Gentil. Escravidão, Liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas décadas de escravidão (1850-1888). 2005, Dissertação de Mestrado UFSC, Florianópolis.

PEREIRA, Nereu do Valle. Ribeirão da Ilha: vida e retratos. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991.

PIAZZA, Walter. O escravo numa economia minifundiária. Florianópolis/São Paulo: Editora da UDESC/Editora Resenha Universitária, 1975.

———. A escravidão negra numa província periférica. Florianópolis: Garapuvu/Unisul, 1999.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

———. História Econômica do Brasil. 26<sup>a</sup> ed, São Paulo: Brasiliense, 1981.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROCHA, Cristiany Miranda. Histórias de Famílias Escravas. Campinas: Coleção Tempo e Memória, UNICAMP, 2004.

RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

SANTOS, Joaquim Gonçalves dos. A Freguesia de São Miguel da Terra Firme: aspectos históricos e demográficos - 1750-1894. 1996. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Célia Maria e. Ganchos (SC): Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992.

SILVA, Osvaldo Paulino da, COMERLATO, Fabiana. Prospecção Arqueológica na Nave Central da Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão In: IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, 2000, Porto Alegre.

SLENES, Robert W. Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SPIX e MARTIUS. Viagem pelo Brasil 1817-1820. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981.

VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina - A Ilha. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

ZIMMERMANN, Fernanda & MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório Final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.